@revistaemevidencia

Inscreva-se em nosso canal

em evidência

Desde 2009 - Nº 97 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Em Evidência entrevista

Lilian Azevedo

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais



Em Evidência

I Congresso Gaúcho de Cooperação Judiciária reúne expoentes do Judiciário

Leonardo e Cláudio Lamachia
Entrevistas com membros de um clã que se funde com a história da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul e no cenário nacional

Paulo Pimenta
Ministro fala das prioridades da pasta para este ano

Raquel Teixeira
Secretária da Educação assina convênio com projeto OAB Vai à Escola

Em Evidência na TV
Confira a entrevista exclusiva com Cristiane da Costa Nery

Caderno especial: Municípios que avançam

CONJUNTO DE

LÂMINA COM DENTES CENTRAIS E LATERAIS DA CONCHA TRASEIRA

PARA RETROESCAVADEIRA

Compatível com:

CASE e NEW HOLLAND

Acompanha os parafusos e porcas



Lâmina

METISA

Dentes

ecoplan
AÇOS ESPECIAIS

FRETE GRÁTIS
PARA TODO O RS

~~R$ 1.690,00~~

R$ 1.490,00

ACESSE NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO, NOSSA EQUIPE ESTÁ À DISPOSIÇÃO PARA APRESENTAR NOSSA LINHA DE PRODUTOS.

Aponte a câmera do celular para o QR Code.

LÂMINA PARA MOTONIVELADORA

13 FUROS | 3/4 ESPESSURA

AR1

METISA

PRODUTOS DA PROMOÇÃO À

PRONTA ENTREGA

Agilidade na entrega é nosso maior compromisso!



FRETE GRÁTIS
PARA TODO O RS

~~R$ 1.399,00~~

R$ 1.199,00
a unidade

(51) 3475-2666
(51) 99958-0099
kaysermaq@kaysermaq.com.br
kaysermaq.com.br

KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

cdprs.com.br



EDITORIAL

A PEC 28/2023 DESMISTIFICADA



DR. ARMANDO DOMINGUES
Presidente da APMPA

O ano era 2002. O então, Deputado Federal, Maurício Rands apresenta a PEC 153 que inseria a Advocacia Pública Municipal no art. 132 da Constituição Federal, tornando obrigatória a representação de todos os Municípios do país por procuradores de carreira. Em abril de 2012, quase 10 anos após sua apresentação, a PEC foi aprovada pela Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado onde tomou o número 17/2012. Em 2013, entra em votação, quando é apresentada emenda estabelecendo que a nova regra aplicar-se-ia apenas aos municípios com população superior a 100.000 habitantes. Ainda que a emenda apresentada tenha sido rejeitada posteriormente na CCJ do Senado, estabeleceu-se um debate que se prolongou até 31 de dezembro de 2022, quando a PEC 17/2012 foi definitivamente arquivada, exatamente por falto de consenso político no Senado Federal.

O ano é 2023. O senador Veneziano Vital do Rêgo, vice-presidente do Senado Federal, apresenta a PEC 28/2023, cujo texto decorre do Ofício n.º 720/2022 -GPR, do presidente do Conselho Federal da OAB, José Alberto Simonetti, por ele recebido (fruto da construção política entre a ANPM e a OAB Nacional durante o ano de 2022). A proposta, ao inserir a Advocacia Pública Municipal no artigo 132 da CF, estabelece a obrigatoriedade para os municípios acima de 60.000 habitantes e para aqueles, abaixo desta população, onde a representação já ocorra por meio de procuradores municipais, prevendo a possibilidade de contratação de advogados ou sociedade de advogados nos municípios (com população inferior a 60.000). Após sua apresentação, algumas questões foram suscitadas. Importante nos atermos às principais.

Em 2022, o presidente da ANPM, Gustavo Machado, atuando estritamente dentro dos critérios definidos pelo Conselho Deliberativo, estabeleceu como premissa nos debates que se sucederam que toda, absolutamente toda, a Advocacia Pública Municipal existente em nosso país deveria ser preservada e protegida. Assim, no texto da PEC 28/2023, em relação aos municípios que já tenham instituído o cargo de procurador, independentemente do número de habitantes, fica assegurado. A tese de que nos municípios abaixo de 60.000 habitantes, a vacância do cargo de procurador ensejará a sua extinção se esvazia pela afronta à CF e à própria norma inserida na PEC 28/2023. A norma preserva o cargo, não a pessoa. Esse cargo já existente continuará, obrigatoriamente, ser preenchido por meio de concurso público.

Em relação ao corte populacional proposto, convém observar o seguinte, conforme dados do último censo do IBGE: os municípios com população abaixo de 60.000 habitantes representam aproximadamente 90% dos municípios brasileiros. No entanto, apenas 35% da população brasileira, aproximadamente, reside nestes locais. Sem considerar os municípios abaixo de 60.000 habitantes onde já exista a Advocacia Pública, podemos afirmar que a PEC 28/2023 garante no mínimo a 65% da população a atuação de procuradores municipais na defesa do interesse público e da sociedade.

Não podemos, enquanto procuradores municipais, deixar de reconhecer e afirmar que a presença da Advocacia Pública em todos os municípios do país além de uma necessidade, é vital para a defesa do Estado Democrático de Direito e para a preservação dos Direitos Fundamentais, por exercermos função essencial à Justiça. Mas a história recente e as peculiaridades dos municípios impõem uma outra conclusão: é preciso trazer segurança jurídica tanto para os advogados públicos municipais quanto para os gestores municipais. Uma coisa é o mundo ideal; outra, o mundo real. As normas estabelecidas pela PEC 28/2023, ao mesmo tempo em que preservam aquilo que já foi assentado pelo STF em relação à carreira, reduzem significativamente os litígios e levam para o campo da negociação, do diálogo e do convencimento a tarefa de estender ao maior número de municípios a atuação da Advocacia Pública. É preciso avançar, mas isso importa na transigência de ambos os lados.





11

Lilian Azevedo

Presidente da Associação Nacional de Procuradores Municipais

"As políticas públicas propostas pela prefeitura precisam acontecer com um norte, sentido e propósito"

10 FLASH
Lilian Azevedo, presidente da ANPM

21 FLASH
Quem Faz, Está Em Evidência!

25 CAPA
"Nós só conhecemos os amigos na hora da dificuldade"

29 ACONTECEU
Caravana Federativa no RS aproxima governo federal dos gestores gaúchos

32 FLASH
Caravana Federativa RS

35 DESPERTANDO MULHERES
A trajetória inspiradora da Dra. Anne Karole Fontenelle

39 CAPA - EM EVIDÊNCIA NA TV
Cristiane da Costa Nery

44 EM EVIDÊNCIA
I Congresso Gaúcho de Cooperação Judiciária

48 CAPA
Cláudio Lamachia

52 CAPA
Leonardo, "La Maquina"

57 EM EVIDÊNCIA NA TV
Gladimir Chiele

62 EM EVIDÊNCIA
Covatti Filho assume o maior partido do RS

64 ALRS
Todas por todas

66 GOV.RS
Secretaria da Educação assina convênio com projeto OAB Vai à Escola

69 FLASH
Quem Faz, Está Em Evidência!

74 ESPECIAL - Municípios que avançam
Venâncio Aires: perspectivas de avanço

76 OPINIÃO - Wellington Bacelo
Longe de tudo, perto de nós

79 ESPECIAL - Municípios que avançam
Pantano Grande, 36 Anos: construindo uma nova história

85 EM EVIDÊNCIA NA TV
Municípios que avançam
Diego Dal Piva da Luz, Prefeito de Parobé

91 ESPECIAL - Municípios que avançam
Uma cidade em transformação

95 ESPECIAL - Municípios que avançam
Encruzilhada do Sul, a Toscana brasileira

100 PÁGINA 100
Guinada partidária à vista

102 DICA DE LEITURA - Alessandra Machado
Mulheres, cultura e política de Angela Davis

em evidência

ANUNCIE:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA:
Lucio Vaz
revistaemevidencia@gmail.com

SUPERVISÃO GERAL:
Jennifer Nunes
revistaemevidencia@gmail.com

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Jennifer Nunes, Gabriela Santos
revistaemevidencia@gmail.com

REVISÃO:
Patrícia Cruz

DESIGN:
Neo WS - neows.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Paulo Batimanza - MTB 15085

FOTO CAPA:
Acervo ANPM

revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br

em evidência 13 anos e KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA

Apresentam:

EM EVIDÊNCIA NA TV

com Cláudio Andrade

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.

Todos os sábados e domingos, às **19:00h**



rdc tv #ORioGrandeSeConectaAqui

Canais **24** e **524** da Claro Net

rdctvdigital

Apoio:

CDP DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA

SICOOB Credicapital

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

LILIAN AZEVEDO, PRESIDENTE DA ANPM

Durante uma semana, Porto Alegre se tornou a sede da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, a revista Em Evidência acompanhou de perto as atividades da Associação na figura de sua presidente, confira algumas imagens

Jennifer Nunes

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



RÁDIO BAND
A presidente, Lilian Azevedo, e o radialista e colunista da Band, Guilherme Macalossi, em entrevista ao vivo



JORNAL DO COMÉRCIO
O diretor do Jornal do Comércio, Giovanni Tumelero, a presidente da ANPM, Lilian Azevedo, e o presidente da APMPA, Armando Domingues



A CAPITAL
O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, recebe a presidente Lilian Azevedo



NA SERRA
A presidente da ANPM, Lilian Azevedo, foi recebida por uma grande comitiva em Caxias do Sul. Na foto, com o prefeito de Caxias do Sul, Adiló Didomenico



CAPA

"AS POLÍTICAS PÚBLICAS PROPOSTAS PELA PREFEITURA PRECISAM ACONTECER COM UM NORTE, SENTIDO E PROPÓSITO"

LILIAN AZEVEDO

Presidente da Associação Nacional de Procuradores Municipais

Introdução: Patrícia Cruz
Entrevista: Patrícia Cruz e Andréia Fioravante
Edição e introdução: Patrícia Cruz e Lucio Vaz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência, exceto foto página 11, de Thiago Viola

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

Todos os caminhos de um prefeito cruzam passam pela mesa do procurador municipal. É através dele que se busca a forma legítima e legal de materializar os sonhos de sua comunidade, sem que isso resulte em ônus jurídico e por conseguinte eleitoral. Não há uma gestão pública bem sucedida sem o protagonismo da Advocacia Pública Municipal. O Programa Em Evidência na TV (sábados, às 19 horas, na RDC TV e no YouTube @ RevistaEmEvidencia), entrevistou a maior representante da categoria no Brasil, a presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), a Dra. Lilian Azevedo, que é especialista em Direito Municipal e Processual.

Baiana de Cachoeira, ingressou no curso de Direito na Universidade de Salvador, em 1996, e possui vasta experiência no Terceiro Setor. Há 12 anos é procuradora do município de Salvador, foi coordenadora das representações na Procuradoria-Geral do Município de Salvador e secretária municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza. Dra. Lilian integra o Comitê de Combate ao Racismo Institucional da Prefeitura de Salvador e a Comissão Especial de Direito do Terceiro Setor da OAB da Bahia e de São Paulo. Atuou como vice-presidente da ANPM, entre 2021 e 2023. Em 2022, durante o mês de julho, assumiu a presidência da instituição quando se comemora o "Julho das Pretas". Sob a sua liderança, a ANPM organizou ações para reforçar a importância da data e a necessidade do empoderamento das mulheres no ambiente de trabalho e na sociedade.

Neste ano, Dra. Lilian foi eleita presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, sendo a terceira mulher a comandar a ANPM e a primeira mulher negra a assumir o cargo em 25 anos de instituição. Confira a seguir, alguns trechos da entrevista que foi veiculada na RDC TV, ou acesse o QR Code



LILIAN AZEVEDO
Presidente da ANPM com os membros da diretoria, durante sua posse

Hoje, nós temos uma diretoria da Associação Nacional de Procuradores Municipais composta por uma presidente e uma vice-presidente. São duas mulheres que estão no comando dessa instituição. Qual a simbologia na escolha de duas mulheres para estarem à frente da ANPM?

Nós estamos em pleno século XXI, vemos, principalmente, na Advocacia Pública Municipal, que as mulheres são a maioria, mas ainda

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



ACERVO ANPM



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



PORTO ALEGRE, CAPITAL NACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL
Durante uma semana a sede da ANPM foi transferida para a Capital Gaúcha. Na foto, a presidente da ANPM, Lilian Azevedo, é recebida por seus pares

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

é uma novidade termos nesse espaço de poder, na presidência de uma instituição que tem 25 anos, sendo a primeira vez que duas mulheres estejam na liderança. A simbologia disso é que a ANPM começa a fazer o seu dever de casa, que é dar o exemplo, porque é muito difícil falarmos tanto de políticas públicas, principalmente, na nossa cidade se nós também não demonstrarmos com ações práticas a importância da diversidade e, com certeza, da liderança feminina nesses espaços. Então, eu acho que a ANPM começa a fazer esse bom trabalho de convocar as instituições para que de fato insiram cada vez mais as mulheres no espaço de poder.

> “A PEC 28 é muito interessante para a nossa carreira e hoje ela está no Senado. A nossa Constituição Federal traz a importância de todo o sistema de Justiça e traz também a advocacia, principalmente a pública, como função essencial à Justiça”

Na sua opinião, qual a forma mais eficaz de se promover a equidade de gênero no ambiente de trabalho?

Nós falamos muito sobre o machismo e racismo estruturais, mas eu acho que está na hora de falarmos um pouco sobre a responsabilidade institucional. Ao lado de qualquer combate a problemas estruturais, nós devemos ter a responsabilidade. Eu sempre gosto de trazer que eu não estou aqui procurando culpados. Não estamos aqui falando de culpa, a questão não é essa. Não estamos falando sobre o aspecto subjetivo. Até mesmo quando falamos do aspecto subjetivo e intencional, nós estamos falando de criminalização e para isso temos o nosso Código Penal, o nosso ordenamento jurídico que pune as condutas infratoras. Não é sobre isso, eu estou falando sobre responsabilidade, porque ainda assim, que você, como um indivíduo, não reproduza isso, nós estamos tratando de instituições que reproduzem e isso acontece quando não vemos, por exemplo, as mulheres e as pessoas vulnerabilizadas nesses espaços de poder. Então, falando na ideia de institucionalização, é necessário que as entidades, as empresas e o poder público, ou seja, que nossa sociedade e que as instituições que reproduzem essas mazelas, elas mesmas têm que começar a ter uma política interna de responsabilização e de querer mudar esse quadro. Então, eu acho que um dos caminhos é quando trazemos o problema para a mesa, e institucionalizamos práticas e culturas que vão mudando esse panorama, que ainda é uma questão presente e vergonhosa em nosso país.

Como a Advocacia Pública pode transformar a realidade brasileira, sobre a questão da igualdade racial e o fortalecimento da mulher?

Quando falamos de gênero ou raça, não estamos se limitando a essa questão. Nessa encruzilhada existem várias questões que precisam ser mudadas no nosso país, como a educação, a saúde e a assistência. Existem vários temas e todos comportam um olhar desse procurador e dessa procuradora. Nós falamos muito da União, dos Estados e dos Municípios. Tem uma frase que é bem batida, que “a vida acontece na cidade”, mas nós devemos entender o simbolismo dessa sentença, porque nossos amores, dores e sonhos, eles acontecem em um local e esse lugar é bem simbolizado, na cidade. Esse gestor público e essa equipe que vão cuidar da cidade, precisam realizar as promessas de campanhas, de políticas públicas, mas necessitam fazer isso de uma maneira segura. Isso acontece quando temos o caminho jurídico, onde você pensa não só numa lógica da legalidade. Nós já ultrapassamos isso. Hoje, a lógica é da juridicidade, onde buscamos que essa lei esteja alinhada ao interesse público e alinhada a nortes maiores que é a dignidade da pessoa humana. Afinal de contas, nós temos que trazer qualidade de vida para as nossas cidades. Alguém tem que dar um norte e mostrar o caminho. E é aí que entra o papel do procurador e da procuradora, para dar chão a esse gestor que anseia em cumprir as políticas públicas e que necessita transformar nossas cidades, mas ele precisa fazer isso como um auxiliar e não de forma punitiva, através um olhar que busque cada vez mais ampliar a ação desse prefeito e dessa prefeita, seja orientando ele na área judicial, ou vendo a melhor prática para cada situação. Porque, cada vez mais, os procuradores e as procuradoras são chamados a entender os problemas complexos das nossas cidades e para auxiliar o prefeito dentro desse arcabouço jurídico, tendo em comum o interesse de avançar positivamente na gestão pública. Porém, este avanço deve acontecer com segurança, porque nós, procuradores, estamos aqui para uma política de Estado, ou seja, para uma política de permanência e crescimento, e não para uma política pública de ocasião, que muitas vezes aparenta ser boa, mas que com o tempo, vemos que não foram as decisões mais assertivas.

Qual é o propósito do advogado público, do procurador e da procuradora municipal?

Esse propósito é algo que, às vezes, é posto como subjetivo, mas que foi me transformando na caminhada.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> “Porque, cada vez mais, os procuradores e as procuradoras são chamados a entender os problemas complexos das nossas cidades e para auxiliar o prefeito dentro desse arcabouço jurídico, tendo em comum o interesse de avançar positivamente na gestão pública. Porém, este avanço deve acontecer com segurança, porque nós, procuradores, estamos aqui para uma política de Estado, ou seja, para uma política de permanência e crescimento, e não para uma política pública de ocasião, que muitas vezes aparenta ser boa, mas que com o tempo, vemos que não foram as decisões mais assertivas”

ASSISTA:

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

> “Esse gestor público e essa equipe que vão cuidar da cidade, precisam realizar as promessas de campanhas, de políticas públicas, mas necessitam fazer isso de uma maneira segura. Isso acontece quando temos o caminho jurídico, onde você pensa não só numa lógica da legalidade. Nós já ultrapassamos isso. Hoje, a lógica é da juridicidade, onde buscamos que essa lei esteja alinhada ao interesse público e alinhada a nortes maiores que é a dignidade da pessoa humana”

Eu tenho 12 anos na Procuradoria de Salvador, mas eu já estive em outros espaços, como, por exemplo, na Procuradoria de Aracaju. Nessa caminhada, eu pude ser procuradora, me afastar para ser secretária, para ser gestora e pude participar de conselhos de políticas públicas. Em todos esses espaços, eu fui percebendo que para que o município realmente avance, ele precisa aprofundar-se em direitos fundamentais. E para isso, ele precisa desse agente que é meio para que esse direito fundamental aconteça. Nós percebemos, principalmente, no trabalho da Defensoria Pública, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, que em todo o sistema de Justiça acontece a nível de princípio, como quando falamos no popular, “o leite já está derramado”. Então, alguma violação de direitos humanos aconteceu e por isso você provoca o Poder Judiciário, e o Ministério Público tem que entrar. Então, esse não é o ideal do sistema. O ideal é que o sistema funcione e para que isso aconteça. As políticas públicas propostas pela Prefeitura precisam acontecer com um norte, sentido e propósito. Quem pode dar isso, são os procuradores e as procuradoras que atuam nesse contexto, porque são eles que vão ver naquele emaranhado de projetos, de situações da política pública, quais são os melhores caminhos para que de fato ela aconteça e transforme as nossas cidades. Então, às vezes, por mais que vejamos só a questão concreta, ou seja, a UPA, a escola e a creche, nós temos que entender que para aquilo acontecer houve toda uma caminhada processual para ela resultar naquela finalidade. Com isso, nós precisamos ter procuradores e procuradoras comprometidas. Hoje, eu posso estar nesse espaço da Associação Nacional e faço questão de mostrar que a importância dos procuradores e procuradoras vai para além apenas de uma pauta de carreira, porque ele é a Advocacia Pública Municipal que está ali como instrumento para transformar nossas cidades.

A Associação Nacional de Procuradores Municipais completou recentemente 25 anos e a senhora transferiu o seu gabinete de forma simbólica para Porto Alegre. Nos fale um pouco da sua agenda e a sua percepção dessa data.

Nós completamos 25 anos com muito orgulho, no dia 10 de setembro, que foi um domingo. Eu fiz um brinde simbólico na sede da Associação Nacional, que é em Brasília, e ali anunciei essa transferência simbólica para a cidade de Porto Alegre, que é o nascedouro da ideia da ANPM. Com a simbologia deste gesto, eu quis, dentre outras coisas, expressar gratidão, porque são 25 anos de existência e para isso acontecer, alguém idealizou e sonhou. Hoje, sabemos que o projeto deu certo, mas aqueles idealistas não sabiam, apenas acreditaram. Então eu quis, como expressão de gratidão, voltar à origem para mostrar que demos certo e trazer esse sentimento de generosidade para essa terra onde tudo começou. Está sendo muito interessante, estou tendo agendas do dia a dia da ANPM, tive reuniões com a diretoria financeira e sobre o nosso Congresso, também visitei a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, a primeira presidente mulher do Tribunal e essa situação casa com os próprios propósitos da ANPM. Eu fiz visitas institucionais à Caxias do Sul, onde fui recebida de maneira calorosa e estive com o presidente da Associação de lá, Dr. Estevão Perazzolo Antoniazzi e pude ver também o prefeito, a sua parceria e o seu comprometimento com a própria Advocacia Pública Municipal. Além de visitar esses espaços para tratar de temas técnicos, eu acho que fica aqui para mim a ideia de humanizarmos o nosso trabalho, porque é nessa troca, nessa conversa com cada colega e autoridade, que vamos crescendo como instituição e deixando a nossa marca onde passamos. O presidente da Associação de Porto Alegre, Dr. Armando Domingues, foi o responsável pela minha agenda. E eu estou surpreendida, porque dei entrevistas para diversos meios de comunicação como o Programa Em Evidência na TV e é importante cada vez mais divulgarmos qual é o papel dos procuradores e procuradoras. Também, fiz visitas a autoridades e a colegas, enfim, fiz um mix de várias atividades mos-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

trando que o papel da ANPM é realmente sistêmico. Não nos limitamos em um só papel, porque os procuradores e as procuradoras, para dar conta dos problemas complexos que nós temos em nossas cidades, eles precisam ter um olhar sistêmico, um olhar que vai para além do Direito. Então, eu acho que essa agenda aqui na ANPM mostra nossas marcas e convida outras instituições a cada vez mais nos interligarmos e de fato ir transformando o nosso país.

Dra. Lilian, quais são as principais pautas parlamentares que estão sendo tratadas pela Associação?

Nós temos várias pautas e acho que uma vale a pena aprofundar um pouco. Nós tivemos uma reunião recente sobre a Reforma Tributária, que é um tema que vem trazendo a reflexão de todo o país e está no Senado. Nós temos a pauta da PEC 82, que trata da autonomia da Advocacia Pública com a União, os Estados e Municípios. Ela fala da importância desse procurador e procuradora estarem ao lado da gestão, mas também terem autonomia para trabalhar. A PEC 28 é muito interessante para a nossa carreira e hoje ela está no Senado. A nossa Constituição Federal traz a importância de todo o sistema de Justiça e traz também a advocacia, principalmente a pública, como função essencial à Justiça. O STF já vem com diversos julgados, como a Tese 510, demonstrando que a Advocacia Pública Municipal também é uma função essencial à Justiça, por esse nosso papel de efetivar direitos fundamentais na cidade e que não há diferenciação entre a Advocacia Pública da União, do Estado ou do Município. Nesses 25 anos, nós trabalhamos essa questão e essa é a importância da Associação Nacional, porque ao lado da questão técnica também trabalhamos com a questão política. Afinal de contas, nós somos homens e mulheres políticos, que vemos o que é melhor para o nosso país. Depois dessa caminhada, percebemos que, ao mesmo tempo que tínhamos cada dia mais que reafirmar a importância da Advocacia Pública Municipal, nós também devíamos entender o contexto em que estamos, em 5.568 municípios. Municípios esses que têm realidades e composições diversas. Diante disso, conversamos principalmente com a OAB Nacional, afinal estamos falando da advocacia e nós somos advogados públicos e, naquele contexto, nós percebemos que seria um grande momento da Advocacia Pública Municipal avançar e fazer uma composição. Com isso, vem a PEC 28, que bem objetivamente pretende inserir a Advocacia Pública Municipal de forma expressa na Constituição, pretende garantir que todos os municípios, seja qual for, onde haja um procurador ou uma procuradora, estejam assegurados e pretende trazer uma ideia de corte populacional, onde os municípios acima de 60 mil haveria obrigatoriedade na implantação de procuradoria, isso é um avanço. Abaixo desse percentual de 60 mil, haveria uma faculdade do prefeito em avaliar se seria o caso de colocar Procuradoria ou não. Nós temos falado sobre um tema, inclusive, recorrente no Direito, que é o direito dialógico, ou seja, que é consensual e não se impõe, ele tenta cada vez mais normatizar, mas percebendo qual é o seu contexto. Nós percebemos que esse gestor também municipal, ele também precisa ser protegido e necessita avaliar conforme o seu município qual é o melhor arranjo político. Eu, como presidente da Associação Nacional, sempre vou defender que o melhor caminho é a implantação da Advocacia Pública Municipal. Por tudo que é dito aqui, não podemos fechar os olhos para essas outras realidades e temos que saber fazer a boa política. Então, a PEC 28 veio desse acordo e hoje ela está tramitando. É importante refletir, perceber e avançar na medida do que podemos avançar com a nossa bandeira, mas sempre atentos a escutar os outros atores que também são importantes nas políticas públicas municipais do nosso país.

> “O STF já vem com diversos julgados, como a Tese 510, demonstrando que a Advocacia Pública Municipal também é uma função essencial à Justiça, por esse nosso papel de efetivar direitos fundamentais na cidade e que não há diferenciação entre a Advocacia Pública da União, do Estado ou do Município”

Como ficará a representação feminina no Supremo Tribunal Federal, com a aposentadoria da ministra Rosa Weber? A senhora considera que o presidente Lula indicará outra mulher ao cargo?

Trata-se de um momento importante, e inclusive está havendo várias campanhas nesse sentido. Qualquer presidente, hoje nós temos o presidente Lula, ele tem lá seus critérios e tem a sua discricionariedade de indicar a futura ministra ou ministro do STF. A questão não é essa, isso nós sabemos que é uma prerrogativa dele. A questão é que devemos pensar qual é o cenário de nosso país e, falando um pouco desse lugar de procuradora municipal, eu trato principalmente das políticas públicas que nós estamos construindo. Então, eu acho que essa questão do STF é você perceber a ausência. Primeiro

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital



ADVOCACIA PÚBLICA E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO STF

Dra. Lilian destaca a importância das pautas parlamentares, a relevância da Advocacia Pública Municipal e reflete sobre o cenário de representatividade feminina no Supremo Tribunal Federal

> Então, eu acho que essa questão do STF é você perceber a ausência. Primeiro que no STF só tínhamos duas mulheres ministras e que, em 132 anos, você nunca teve uma mulher negra

que no STF só tínhamos duas mulheres ministras e que em 132 anos ele nunca teve uma mulher negra. Então, o ponto está aí. Seja o atual presidente ou os próximos, nós temos que entender que precisamos vencer esses problemas socioeconômicos de profunda desigualdade em nosso país. E, como eu disse, não estamos procurando o culpado, estamos em busca da responsabilidade institucional. Então, eu acho que essa pauta da indicação da próxima vaga do STF passa pelo reconhecimento de que o Brasil precisa, sobretudo, indicar sim uma figura feminina, e eu avanço mais, que seja uma liderança feminina negra. Como eu falei, eu estive aqui recentemente com a primeira presidente mulher negra do Tribunal de Justiça, a desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, que tem uma história fantástica. Na Bahia, nós temos a Dra. Lívia Vaz, promotora de Justiça, na advocacia pública, tem a Dra. Manoelita, ou seja, não faltam nomes de mulheres negras que podem ocupar esse lugar, com um currículo fora de sério. Então, o problema não é de capacidade técnica, é de decisão política que reconheça que nós precisamos reparar esse problema histórico, que cruza gênero e raça. Então, acho que está na hora, sim, da indicação de uma mulher e eu defendo que seja uma mulher negra para cada vez mais, através da nossa instituição, irmos fazendo diferença também em relação a esse aspecto.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

QUEM FAZ, ESTÁ EM EVIDÊNCIA!

Confira quem são as pessoas que estão fazendo o Rio Grande acontecer, através das lentes do fotógrafo da Revista Em Evidência, Chico Pinheyro

Jennifer Nunes



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

EDUARDO LEITE E LUCIO VAZ
Diretor da Revista Em Evidência e do Programa Em Evidência na TV, Lucio Vaz, entrega ao governador do RS, a edição em que o Eduardo Leite assina um artigo exclusivo, na Página 101

Quem faz, está **Em Evidência.**
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE:
51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



LEONARDO LAMACHIA
Destaque nesta edição, o presidente que realizou os maiores eventos da história da OAB/RS, fotografado pelas lentes de Chico Pinheyro

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ASSISTA:

DIVA DA PAMPA
O que seriam de nossa noites sem essa mulher? A apresentadora do Pampa Atualidades, Magda Beatriz, confere as últimas notícias da política e dos negócios no RS

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



OUTRA DIVA DA PAMPA
A beleza estonteante de Vera Armando, assinante e leitora assídua da Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Agora é a hora da reconstrução. E mais uma vez o presidente Lula foi muito claro, não vão faltar recursos do governo federal

CAPA

"NÓS SÓ CONHECEMOS OS AMIGOS NA HORA DA DIFICULDADE"

Ministro Paulo Pimenta

Entrevista: Voltaire Santos
Edição: Patrícia Cruz
Fotos: Lucas Leffa

FOTOS: LUCAS LEFFA

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

O Programa Em Evidência na TV, passa a rodar dentro de sua programação o quadro Sintonia Pública, onde o ministro Paulo Pimenta e os jornalistas Voltaire Santos e Leandro Molina analisam os fatos da semana do Governo Lula. Recentemente, após a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, especialmente dois municípios foram muito afetados, Muçum e Roca Sales. Diversos municípios também sofreram com os últimos fenômenos climáticos no estado, como Lajeado, Encantado e todo o Vale do Taquari, mas nesses dois municípios tivemos mortes, feridos e escolas destruídas. O ministro Paulo Pimenta falou sobre as ações que o governo Lula trouxe para o Rio Grande do Sul, para trabalhar com a reconstrução do estado. Na entrevista, ele também fala sobre os 70 anos da Petrobras. A seguir alguns trechos dessa conversa

Num primeiro momento, como o governo federal atuou no Rio Grande do Sul?

Trata-se de uma das principais tragédias da história do nosso estado. Por determinação do presidente Lula, desde o primeiro dia e continuamos de forma permanente até hoje, dando todo o apoio ao governo do Estado, às prefeituras, mas principalmente às comunidades atingidas. Tem um ditado popular que diz: "Nós só conhecemos os amigos na hora da dificuldade". Foi essa orientação que nós recebemos do presidente Lula. Acompanhamos toda a tragédia, dia a dia, desde o primeiro momento, quando mobilizamos o Exército para garantir os botes e as equipes de salva-vidas, porque os helicópteros não conseguiam chegar nas áreas alagadas. Eles foram mobilizados e se somaram aos helicópteros do governo do Estado, da Polícia Rodoviária Federal, da Marinha e da Aeronáutica, que foram fundamentais para que muitas vidas fossem salvas.

Quais as principais medidas tomadas pelo governo federal para auxiliar o estado depois da tragédia ocasionada pelas enchentes?

Logo após atender as demandas das necessidades mais básicas, trabalhamos até mesmo para restabelecer o sinal da internet. Sem sinal, o pânico aumentava, as pessoas não sabiam o paradeiro dos seus familiares e dos seus amigos. Na primeira semana, reconhecemos a emergência de mais de 70 cidades. Autorizamos a liberação imediata do Bolsa Família, instalamos o Hospital de Campanha em Roca Sales, mobilizamos a Força Nacional e o SUS para dar uma cobertura imediata no atendimento da saúde na região. As cestas básicas tão importantes vieram junto com o Auxílio Abrigamento. Tivemos, em determinado momento, mais de quatro mil pessoas em abrigos e a prefeitura de cada um dos municípios teve o apoio do governo federal para atender as pessoas no momento que elas mais precisam.



LUCAS LEFFA

SOLIDARIEDADE
Ministro fez questão de falar pessoalmente com as vítimas do desastre no RS

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

LUCAS LEFFA



AJUDA IMEDIATA
Ministro Paulo Pimenta representou o governo federal recebendo carta-branca do presidente Lula para as tomadas de decisões mais urgentes

ASSISTA:

MASPER ASSESSORIA
SICOOB Credicapital



RECONSTRUÇÃO

Agora é a hora da reconstrução. E mais uma vez o presidente Lula foi muito claro, não vão faltar recursos do governo federal. No MEC, nós temos recursos para as obras nas escolas, nas unidades de saúde e nos hospitais. Mobilizamos o Ministério da Cidade, a Caixa Econômica Federal, em parceria com as prefeituras e com o governo do Estado, instalamos um escritório permanente em Lajeado e esse escritório vai continuar funcionando até que nós possamos concluir todo o trabalho que estamos realizando

Como será feita a disponibilização de recursos para a recuperação das cidades?

Agora é a hora da reconstrução. E mais uma vez o presidente Lula foi muito claro, não vão faltar recursos do governo federal. No MEC, nós temos recursos para as obras nas escolas, nas unidades de saúde e nos hospitais. Temos um enorme desafio na área da Habitação, mobilizamos o Ministério da Cidade, a Caixa Econômica Federal, em parceria com as prefeituras e com o governo do Estado, instalamos um escritório permanente em Lajeado e esse escritório vai continuar funcionando até que nós possamos concluir todo o trabalho que estamos realizando.

Como recuperar a economia da região após tantas perdas?

Por fim, existe a necessidade da retomada da atividade econômica e a manutenção dos empregos na região. Por determinação do presidente Lula, nós estamos lançando um programa inédito, com 1 bilhão e 400 milhões de reais, que vai atender aquela pessoa que é MEI. Eu visitei, junto com a primeira-dama, a Janja, em Muçum, uma família que tinha naquela casa funcionando um salão de beleza, que a água levou embora. O rapaz é MEI, ele vai poder acessar esse recurso. O médio empresário, o médio comerciante, enfim, aquelas pessoas que perderam tudo que tinham e juntos foram perdidos os postos de trabalho. São R$ 1,4 bilhão sem juros, com dois anos de carência e vai ser pago só o capital, reiterando sem juros. Isso nunca existiu no Brasil, portanto, mostra o compromisso do Lula e do nosso governo de estar presente em todas as horas.

Como foi acompanhar de perto os reflexos desta tragédia e qual a expectativa para o futuro do nosso estado?

Chegou um determinado momento que nós tínhamos 1.350 homens e mulheres das Forças Armadas, junto com os voluntários e voluntárias, trabalhando na limpeza, na desobstrução de ruas e estradas, com o batalhão de engenharia do Exército, presente com os voluntários, presente com as pessoas quando elas mais precisavam. E é assim que nós trabalhamos, em parceria com o governo do Estado, as prefeituras e a comunidade. E esses 30 dias foram um enorme desafio, mas com a nossa força e, principalmente, com a resiliência da comunidade, do povo do Rio Grande do Sul, nós vamos reconstruir o Vale do Taquari e todas as regiões atingidas. E logo nós vamos poder fazer agendas no estado para reinaugurar escolas, unidades de saúde, praças, ruas e unidades habitacionais, tanta coisa que foi destruída e que juntos nós vamos reconstruir.

Para concluir a entrevista, qual o sentimento que fica com o aniversário de 70 anos da Petrobras?

São 70 anos da Petrobras. A Petrobras do "Petróleo É Nosso". A Petrobras, tão importante para a nossa soberania, a nossa principal indústria, a nossa tecnologia, o nosso conhecimento que ganhou o mundo, os nossos servidores e servidoras que tanto nos orgulham, a Petrobras do pré-sal e que hoje se prepara para a transição energética, para a transição ecológica. A Petrobras é o nosso orgulho. O governo do presidente Lula e o povo brasileiro acreditam na empresa e reconhecem a sua força e a sua importância. Hoje queremos agradecer a tantas pessoas que foram fundamentais para todas essas conquistas. Mas, ao mesmo tempo, é o momento de olhar para o futuro e reafirmar a certeza de que o Brasil é a nossa energia. E com a Petrobras, nós vamos transformar o nosso país num espaço mais justo, mais igualitário, onde as pessoas possam viver com dignidade sobre o comando e coordenação da equipe do presidente Lula. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

CARAVANA FEDERATIVA NO RS APROXIMA GOVERNO FEDERAL DOS GESTORES GAÚCHOS

Evento realizado pela Famurs em parceria com o governo federal é a terceira edição no Brasil, reunindo mais de 30 ministérios

Ellen Renner

A Caravana Federativa chegou no Rio Grande do Sul. Mais de 2 mil pessoas estiveram na Fiergs para atendimento com as equipes técnicas de mais 30 ministérios. Promovido pela Famurs, em parceria com os governos federal e estadual, o evento é uma iniciativa inédita e visa a aproximação dos entes federativos, além de oportunizar aos gestores uma atualização sobre recursos e programas disponíveis e o andamento de demandas dos municípios.

Em sua manifestação de boas-vindas, o presidente da Famurs e prefeito de Campo Bom, Luciano Orsi, destacou que o grande diferencial da Caravana



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

PAULO PIMENTA
O ministro, que também é gaúcho, destacou que o país precisa de um ambiente que recupere a relação entre gestores, que o trabalho seja voltado para que as coisas aconteçam e efetivamente o resultado chegue nos municípios

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

Federativa é justamente ter uma grande equipe dos ministérios, em Porto Alegre, para atender os prefeitos e, especialmente, os técnicos municipais. "Sabemos da dificuldade de encaminhar pedidos e projetos, do custo de deslocamento até a capital federal, toda a logística de bater em muitas portas, a falta de recursos. A sensibilidade do governo federal em trazer equipes que realmente podem destravar demandas municipais é extremamente importante, por isso nós agradecemos a vinda até o RS", destacou.

Conforme Orsi, a proximidade e a compreensão da realidade local é fundamental para que os municípios avancem em antigas e novas solicitações. "Por isso, essa ação do governo federal tem que ser elogiada e aplaudida. Nós precisamos trabalhar juntos, porque quem não quer resolver questões, nem se apresenta, e se o governo federal quer estar mais próximo dos municípios, vindo aqui, penso que aumentam muito mais as chances dos municípios avançarem em suas demandas, que não são poucas", justificou.

O presidente Orsi também aproveitou a oportunidade para agradecer novamente os governos federal e estadual pela parceria e auxílio junto aos municípios gaúchos afetados pelos eventos climáticos que atingem o estado desde o mês de junho.

A cerimônia de abertura contou com a presença de importantes nomes para o municipalismo gaúcho, entre elas o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta. O ministro, que também é gaúcho, destacou que o país precisa de um ambiente que recupere a relação entre gestores, que o trabalho seja voltado para que as coisas aconteçam e efetivamente o resultado chegue nos municípios "É nas cidades que as pessoas moram, que as coisas acontecem e qualquer política pública só tem resolutividade se ela chegar na ponta e, especialmente, se ela puder mudar a vida das pessoas que mais precisam", avaliou.

Pimenta ressaltou que o governo está fortemente presente no RS, por conta dos eventos climáticos e situação de emergência dos municípios, mas tam-

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



PARCERIA PROFÍCUA
Conforme Luciano Orsi, presidente da Famurs, "essa ação do governo federal tem que ser elogiada e aplaudida. Nós precisamos trabalhar juntos, porque quem não quer resolver questões, nem se apresenta, e se o governo federal quer estar mais próximo dos municípios, vindo aqui, penso que aumentam muito mais as chances dos municípios avançarem em suas demandas, que não são poucas", justificou. Na foto, presidente da Famurs com a esposa, Kátia Orsi e o ministro Paulo Pimenta

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



MUNICIPALISMO EM EVIDÊNCIA
A cerimônia de abertura contou com a presença de importantes nomes para o municipalismo gaúcho. Na foto, o deputado federal, Pompeo de Mattos, discursa na abertura do evento

bém com outras iniciativas, como em investimentos em estradas e rodovias e a volta de programas federais destinadas aos municípios. "O edital do Novo PAC está na rua, para que os senhores possam se habilitar e apresentar projetos em todas as áreas. Muitos outros projetos e editais ainda serão lançados, para que os municípios tenham a oportunidade, de forma transparente e republicana, de apresentarem projetos e receberem recursos do governo federal, para voltar a investir em suas cidades e, repito, para melhorar a vida das pessoas que mais precisam", afirmou. "A Caravana foi um sucesso na Bahia e no Rio e está sendo importante aqui no estado. Esperamos que sejam dois dias muito proveitosos, de resultado, muito trabalho e para que todos voltem felizes e satisfeitos com esse evento", finalizou.

O secretário especial de Assuntos Federativos, André Ceciliano, representando o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participou da solenidade. Em sua manifestação. Ceciliano destacou que o governo vive um momento de aproximação e a Caravana Federativa mostra, na prática, a busca da Presidência da República de repactuação com os estados e municípios. "É o pacto federativo sendo realizado, de fato. A ideia deste evento é repactuação, trazer de volta o convívio de governadores e prefeitos com o presidente. A federação é isso, a união dos governos, para ter harmonia e federalismo de cooperação com dependência", afirmou. Segundo o secretário, nas edições realizadas na Bahia e no Rio de Janeiro, foram contabilizados mais de 7 mil atendimentos, com resolução de demandas municipais que, por exemplo, aguardavam conclusão há 15 anos.

Na sua explanação, o secretário Ceciliano também afirmou que o governo federal está comprometido em liberar a compensação do FPM, mas ainda é necessário a emissão de uma nota técnica do TCU. A expectativa é que o PLP 136/2023 seja sancionado, para que o pagamento ocorra no dia 30 de outubro. Ele também citou o intenso trabalho do governo, que conseguiu retomar mais de 40 projetos, entre eles o Bolsa Família; o Minha Casa, Minha Vida; e o Mais Médicos.

Também prestigiando a abertura do evento, o vice-governador do RS, Gabriel Souza, agradeceu a relação federativa que o governo federal tem buscado com os demais entes, algo fundamental para a entrega de serviços públicos de qualidade aos cidadãos. Ainda em sua manifestação, o vice-governador ressaltou a queda nos impostos estaduais, que afetou os cofres gaúchos em R$ 3 bilhões a menos, o que impacta diretamente os municípios. "Somos favoráveis à redução da carga tributária, para que o cidadão pague cada vez menos impostos, mas temos uma preocupação severa com as contas públicas", salientou. Conforme Gabriel, o governo do Estado tem participado, junto com os municípios, das discussões sobre a reforma tributária, a fim de que os entes subnacionais não percam ainda mais parcelas de arrecadação do bolo tributário.

A cerimônia de abertura contou ainda com as manifestações do presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Ary Vanazzi; do anfitrião e prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; do deputado estadual Luiz Fernando Mainardi; e dos deputados federais Maria do Rosário e Pompeo de Mattos.

Também compuseram a mesa de abertura, o secretário de Comunicação Institucional da Presidência da República, Maneco Hassen; o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares; a secretária de gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Iêda Leal; os deputados estaduais Dirceu Franciscon, Eduardo Loureiro, Pepe Vargas, Adão Pretto, Jefferson Fernandes, Alexandre Lindenmeyer e Sofia Cavedon; e os deputados federais Marcon, Denise Pêsoa, Reginete Bispo e Bohn Gass.

EDIÇÃO RIO GRANDE DO SUL

Além do atendimento direto dos ministérios às prefeituras, a Caravana Federativa contou com painéis informativos sobre o Novo PAC Seleções, os programas Minha Casa, Minha Vida e Aquisição de Alimentos (PAA), compras institucionais e o fortalecimento da agricultura familiar. Outro momento importante foio debate sobre programas, soluções e recursos disponíveis para os municípios em estado de calamidade.

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CARAVANA FEDERATIVA RS

Governo federal e Famurs, em uma parceria inédita, mobilizam centenas de prefeitos e técnicos em prol do aprimoramento da causa municipalista. Confira algumas imagens

Jennifer Nunes

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



FAMURS E GOVERNO FEDERAL
Presidente da Famurs, Luciano Orsi junto com a esposa e primeira-dama de Campo Bom, Kátia Orsi; Dona Jussara e o filho, diretor de Difusão da Secom-Presidência da República, Voltaire Santos; e o prefeito de Amaral Ferrador, Nataniel Candia



ZONA SUL PRESENTE
O prefeito de Pedro Osório, Moacir Alves, com o amigo e prefeito de Rio Grande, Fábio Branco



VALE DOS SINOS PRESENTE
O prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, abrilhantando o evento

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



DUPLA DE SUCESSO
O prefeito de Quinze de Novembro, Guto Stolte, com o amigo e secretário de Comunicação Institucional da Presidência da República, Maneco Hassen



GUAÍBA PRESENTE
O prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata, exibe orgulhosamente a matéria com a sua esposa e primeira-dama, Deise Maranata



MISSÕES PRESENTE
José Roberto, prefeito de São Miguel das Missões, em busca de conquistas para a região

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



NONOAI
A prefeita, Adriane Perin de Oliveira, uma das figuras mais disputadas pela imprensa durante o evento



PREFEITO XIRU
O prefeito de Formigueiro, Jocelvio Gonçalves Cardoso (Xirú), município que recentemente completou 60 anos, também participou do evento



COMITIVA DE CASCA
O secretário municipal, Rudinei Souza; o prefeito de Casca, Ari Caovilla; e a vice-prefeita do município, Lourdes Foppa

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



DESPERTANDO MULHERES

A TRAJETÓRIA INSPIRADORA DA DRA. ANNE KAROLE FONTENELLE

Conheça a Dra. Anne Karole Fontenelle, uma procuradora que faz a diferença na advocacia, liderança institucional e na promoção dos direitos das mulheres

O programa Despertando Mulheres, apresentado pela Andréia Fioravante, entrevistou a Dra. Anne Karole Fontenelle, que é procuradora municipal, em São Luís, no Maranhão, e vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM). Uma mulher que tem uma trajetória de sucesso na advocacia e junto com a Dra. Lilian Azevedo, estão na presidência dessa Associação de grande relevância para todos nós. A seguir, alguns trechos dessa entrevista.

ASSISTA:

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Conte-nos quais são os principais atrativos da sua terra natal.

Eu trago um abraço da minha cidade, São Luís do Maranhão, da minha capital, e convido a todos que conheçam o nosso Nordeste, que é bem diferenciado. Nós temos tantas realidades. A minha cidade é Patrimônio Mundial da Humanidade, pelo nosso Centro Histórico. Nós temos o maior acervo de azulejos portugueses do mundo após Portugal, inclusive, existem pontos de São Luís muito similares, porque a presença portuguesa foi marcada pela colonização de Portugal. Na época, o Maranhão era um dos estados de maior poder e riqueza, por isso houve muito investimento na região. Atualmente, nós passamos por alguns processos de restauração desse Centro Histórico. Além do xaxado e do forró, nós temos o Bumba Meu Boi e outras manifestações culturais. Nós possuímos uma localidade que é considerada a sexta rua mais bonita do Brasil, a Rua do Giz é um encanto. Eu trago um beijo da capital, que chamamos de Ilha do Amor, é uma ilha muito quente sim, mas temos a brisa do litoral, então dá para ser feliz lá. Não posso deixar de falar, dos Lençóis Maranhenses, que é uma paisagem única. Aquela imensidão de areias brancas com lagoas azuis e verdes, tem o mar e o rio e temos também o encontro do mar com o rio. Então, realmente, o Maranhão é excepcional.

Tu és mãe, filha, esposa, profissional e uma líder institucional, são muitas mulheres em uma só, com a mesma essência. Então, nos fale um pouco da Anne.

Quem me conhece já sabe que desde a escola, eu tinha algo que me movia, que é a liderança. Eu acho que essa é a essência principal, porque a mãe é líder e a esposa também é, pois constrói junto com seu marido, com sabedoria, a sua casa, mas não deixa de ser uma liderança, inclusive, para os filhos também. Então, a primeira coisa que me vem à mente, foi que desde criança, na época era do primário, o ensino fundamental de hoje, eu já era escolhida para ser líder de turma. Posteriormente, eu entrei em um Diretório Acadêmico, na faculdade, portanto, sempre gostei dessa liderança. E isso nos molda em tudo, inclusive nos namoros e no casamento. A questão da maternidade sempre foi muito forte, sempre quis ter filhos. Tenho os meus dois filhos, essa fortaleza toda e o meu calcanhar de Aquiles são eles dois. É a minha fragilidade e a minha força, porque fazemos tudo isso no dia a dia, porque queremos um mundo melhor para eles. Então, eu possuo 17 anos de casamento e dois filhos, o Roberto e o Rafael. E, também, eu tenho 16 anos na Procuradoria do Município de São Luís. Eu já estou numa chefia, passei de uma chefia para outra, há quase 10 anos na função e trabalho na Procuradoria Fiscal. Atualmente, estou na direção da Associação Nacional dos Procuradores, junto com a Dra. Lilian Azevedo, como vice-presidente da instituição.

Qual é a principal função do procurador municipal?

O procurador municipal é o advogado da cidade, não é do prefeito. Nós representamos, assim como o seu



ENTREVISTA INSPIRADORA
Dra. Anne Karole compartilha insights e reflexões sobre advocacia e liderança

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

advogado representa você judicialmente, precisa peticionar e falar com o juiz ou com o tribunal, nós fazemos isso pelo município. Nós representamos o município, nós temos que defender os interesses dele, mas na função de advogado, porque nós temos, por exemplo, o Ministério Público e outras instituições. O Ministério Público é o fiscal da lei, ele tem outras características. Nós temos que trabalhar com as políticas públicas do prefeito e ajudar a viabilizar. Então, não estamos ali para fiscalizar, nós estamos para que essas políticas sejam exercidas dentro da legalidade. Hoje, em quase todas as áreas, a especialização é algo essencial. Você vê que cada vez mais, em todos os setores, não só no Direito, o bom profissional vai se especializando em algo. E nós, procuradores, vamos nos especializando em Direito Municipal. Existem inúmeros ramos, como o meio ambiente e a questão patrimonial da cidade. No meio ambiente entra a questão do lixo e das praças, para isso temos licitações e contratos. É claro que existem também as indenizações do município, que acontecem regularmente. E tem a minha área, que é a parte tributária, ou seja, é a arrecadação. Eu sempre falo que não existe dinheiro que dá em árvore. A União, os Estados e os Municípios, eles se movimentam, porque nós temos os nossos impostos e precisamos pagar. É uma estrutura que é feita, e isso acontece no mundo todo, não é só no Brasil. Então, a minha área é tratar dos tributos municipais. Segundo a leitura bíblica fala, "o cobrador de impostos quase sempre é mal visto", mas não era para ser assim. Esse cobrador de impostos, que ajuda que as políticas públicas sejam feitas. Agora, na pandemia, mais claramente, nós vimos que a vida está na cidade. Então, foram os municípios que tiveram que ajustar rapidamente o Posto de Saúde para atender melhor, porque aquilo não era a nossa realidade. Nós compramos vacina, luvas e álcool gel em um número maior, de repente o que se você comprava 10, passou a comprar 10 mil. A Procuradoria não parou um segundo. Os contratos emergenciais foram realizados com muita responsabilidade, porque aquilo nós íamos responder depois. Até portarias de funcionamento, de como o transporte funcionaria e sobre o uso da máscara, passou pela Procuradoria. Nós fomos construindo junto com os gestores uma novidade. Tudo o que o prefeito realizava, tinha que passar antes pela Procuradoria. Nós possuímos a seção consultiva e a legislativa, que é tão importante quanto as outras. Fornecemos também a parte consultiva extrajudicial, que serve como um aconselhamento do prefeito.

Com relação a importância de se ter um procurador no município, existe um projeto de Emenda Constitucional sobre o assunto tramitando, em Brasília?

Sim, nós temos um projeto de Emenda Constitucional, que ainda estamos negociando. Hoje, eu falo que a pessoa que aceita ser secretário ou gestor tem que ser muito corajosa. Eu digo isso de todos, o prefeito, o gestor ou o superintendente, seja lá o nome que a organização administrativa do município dê, têm muita responsabilidade, porque na gestão recursos federais têm um controle muito rígido e qualquer coisa que acontece, muitas vezes não é por má-fé, mas por qualquer erro, você pode estar respondendo um processo para o resto da vida. Então, isso de haver um concurso público é muito importante e é uma questão democrática, para garantir a presença do procurador municipal, que auxilia o gestor nas questões legislativas do município.

Existem muitas leis que protegem a mulher, mas se ela não estiver informada e orientada, adianta dar as ferramentas para ela?

Tudo é uma rede de apoio. O que se está fazendo é justamente isso, mostrando que não adianta só nós ficarmos pontuando que existem riscos e índices de violência, se não estruturarmos essa rede, com apoio financeiro, empreendedorismo, conhecimento de direitos e autoconhecimento. Então, essa é uma rede que precisamos de proteção em relação às mulheres, não só a rede institucional, que tem que funcionar como as Delegacias e as Varas especializadas, junto com a Patrulha Maria da Penha. Então, essa é uma rede institucional de apoio e a sociedade, as mulheres que já despertaram para isso, temos que buscar como despertar outras mulheres para que essa rede de apoio não institucional também seja fortalecida. Nós temos que nos fortalecer financeiramente com o empreendedorismo, com o acolhimento espiritual e emocional.

Como funciona o DuxDocs da ANPM?

A ANPM está lançando esse projeto, inclusive nós devemos participar de projetos de premiação, porque é muito inovador. O DuxDocs é uma plataforma de busca de jurisprudência de peças processuais, todas alimentadas por nós, procuradores, e os nossos associados que vão ter, obviamente, o acesso. Nós vamos tentando equalizar e diminuir as diferenças. Então, esse é um instrumento de igualdade maravilhosa. Nós lançamos no Congresso em Recife e ele já está em atividade. Agora, ele vai sendo retroalimentado por nós, procuradores.

Como combater o assédio e violência contra as mulheres?

Na nossa Procuradoria Geral do Município, em São Luís, criamos o Comitê Mulher, para trabalhar essa questão do assédio e da violência, que muitas vezes ocorrem, também com os servidores, não só com os procuradores, porque a fragilidade e a vulnerabilidade financeira também são um aspecto que pode fazer com que haja maior assédio. Nós queremos fazer uma ação voltada também para os assessores, para as nossas servidoras, porque muitas vezes estamos em home office, mas a secretária, aquela pessoa que está lá fazendo o protocolo, ou a bibliotecária, precisam de uma proteção. Ela vai para o serviço, pega o ônibus e pode ser agredida no transporte. Então, nós também tentamos nesse nosso comitê mostrar

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital



REFERÊNCIA
Anne Karole Fontenelle de Britto é procuradora do Município de São Luís, Chefe da Procuradoria Fiscal, Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Cândido Mendes e Direito Tributário pela ISAN/FGV. Conselheira Estadual da OAB/MA. Ex-presidente da APMSL - Associação dos Procuradores do Município de São Luís e atualmente vice-presidente da ANPM - Associação dos Procuradores do Município de São Luís

isso. Sou mãe, mas a minha secretária é também, só que eu tenho um status na minha carreira que infelizmente ela não possui. Mesmo assim, entendo que ela possa sair 10 minutos antes para buscar o seu filho, porque eu saio também para buscar os meus, mas tenho mais facilidade, como a possibilidade de um veículo próprio. Ela muitas vezes sai de ônibus para ir buscar. Então, eu vou ajustar o horário para que ela entre um pouquinho antes, para sair mais cedo. Não estou dizendo que os colegas também não façam isso. Existem homens, inclusive, que fazem isso e é muito importante. Nós precisamos de homens feministas. Até falando sobre isso, é uma palavra que ficou vilanizada, mas existem homens que lutam por direitos de mulheres, porque eles que movem e nos ajudam. Eles estão à frente e precisam puxar essas colegas que por acaso estejam atrás. Então, nós tivemos aqui, dando um exemplo prático da nossa Associação, um colega extremamente sensível como o Dr. Gustavo Machado Tavares, que era o nosso presidente. Ele é um homem especial e até outro dia o Dr. Gustavo postou sobre a mulher, que sua esposa, filha e mãe são especiais. Não é à toa que ele é o que é, porque é o fruto de uma conjuntura de mulheres especiais. Foi ele quem puxou a Dra. Lilian, entendendo que essa representatividade é necessária, pois a mulher negra movimenta a sociedade. Então, os homens são muito essenciais e de forma alguma nós estamos dizendo o contrário. Alguns homens são bastante sensíveis, fazem muita diferença. Falar disso é muito importante, sobre despertar mulheres, mas imagina outros homens despertando mulheres, como eles vão fazer uma diferença.

A senhora se considera uma feminista?

O termo feminista tem uma conotação pejorativa, talvez por causa dessa nossa dualidade do preto e branco dos últimos anos, e não é só no Brasil, que está valorizando muito o aspecto ideológico e religioso também. Quando eu falo que sou uma feminista. As pessoas dizem: "Ai, meu Deus, mas como feminista você é toda arrumada assim?". Eu sou uma feminista e gosto de me arrumar. Eu sou uma feminista e gosto de fazer uma escova no cabelo e amo depilação. As pessoas distorceram o sentido do feminismo. Então, é uma palavra vilanizada, que nós precisamos dar mais sensibilidade e mais leveza. Eu estava lendo outro dia o que é o feminismo, porque eu fico até com medo de estar falando sobre uma coisa pesada, que vai de encontro aos meus princípios e valores. Não, ele se baseia na igualdade de direitos. Então, inclusive, diz lá que não tem um tom sexista, ninguém entende que um é maior do que o outro. Não é que a mulher queira ser maior do que o homem. Nós poderíamos passar duas horas falando isso, mas não é o caso. Por tudo aquilo que nós já pontuamos, nós precisamos de leis, apoio e alguma coisa para diminuir as diferenças. As diferenças biológicas sempre vão existir, mas são as diferenças sociais que podemos diminuir.

Quais são as suas considerações finais?

Realmente, eu estou bebendo da fonte do empreendedorismo, do respeito e do despertar das mulheres. Eu estou encantada com tudo isso. A nossa cabeça que gosta desse debate começa a criar mil possibilidades. E eu já estou imaginando a Andréia Fioravante lá na minha cidade. E já quero voltar logo para Porto Alegre. Então, muito obrigada por isso. De fato, foi um despertar para mim. Apesar de eu estar muito envolvida, isso é uma forma de despertar. O nosso cérebro cheio de coisas vai despertando várias caixinhas ali dentro e hoje foi um despertar. Eu queria também agradecer a audiência do programa, espero que eu possa ter contribuído, me coloco à disposição para construir e trocar ideias. Só fazendo um recorte, gostaria de lembrar que do dia 05 a 08 de novembro, neste ano, acontecerá o XVIII Congresso Brasileiro de Procuradoras e Procuradores Municipais aqui em Porto Alegre, capitaneado pelo nosso colega Dr. Armando Domingues. Então, muito obrigada pela oportunidade e que você tenha cada vez mais sucesso.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CAPA EM EVIDÊNCIA NA TV

CRISTIANE DA COSTA NERY

PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE ASSUNTOS FISCAIS DA PROCURADORIA DE PORTO ALEGRE

Atuação firme e exemplar, evidenciando a importância da representatividade feminina em cargos de liderança

Entrevista: Patricia Cruz e Andreia Fioravante
Edição e introdução: Patricia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

O Programa Em Evidência na TV (sábados, às 19 horas, na RDC TV e no canal @RevistaEmEvidencia, no YouTube) entrevistou, recentemente, a procuradora-geral adjunta de Assuntos Fiscais da Procuradoria de Porto Alegre, Dra. Cristiane da Costa Nery. Ela tornou-se pioneira diversas vezes na carreira, dentre as múltiplas funções desempenhadas, foi a primeira mulher a assumir a presidência da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM) e a Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM). É vital a presença de mais mulheres nos cargos de comando e a Dra. Cristiane é um ótimo exemplo de atuação exitosa. A sua tese de mestrado sobre mediação tributária foi lançada pela Editora Dialética e vale a pena conferir. Na conversa com a Andréia Fioravante, a Dra. Cristiane abordou temas como o papel do procurador e da procuradora, a Reforma Tributária e a representatividade feminina. Leia alguns trechos dessa entrevista, a seguir

Qual é o papel do procurador e procuradora municipal numa sociedade voltada cada vez mais para a inovação e a tecnologia?

Hoje, nós vemos cada vez mais a tecnologia e a inovação, à frente das Procuradorias, do Judiciário e das administrações públicas. É necessário que o procurador esteja participando também deste momento de inovação tecnológica e de transformação da sociedade. Nós estamos passando por uma mudança e acho que a pandemia contribuiu para que isso tivesse uma velocidade muito maior, passamos para a era virtual realmente. A nossa função não pode ser mais só aguardar a demanda chegar ou de pensar nas soluções após os problemas chegarem na Procuradoria. Nós participamos ativamente das questões municipais, que visam melhorar o cotidiano e a vida das pessoas na cidade. Então, o procurador faz cada vez mais parte dessa engrenagem que prepara a cidade. Quando nós falamos em inovação, não é somente a tecnológica, também defendemos executar de forma diferente aquilo que já temos disponível, mas que pode resultar numa aplicação melhor para o cidadão e numa melhoria das funções públicas exercidas pelo procurador. Então, para além do papel do procurador de ser aquela figura dentro das administrações públicas que vai dar solução para aquele problema que é apresentado dentro da legalidade, ele também tem que ser propositivo e apresentar soluções, deve inovar junto nesse momento em que temos uma sociedade que muda a forma de enxergar os problemas. Ele precisa mostrar alternativas ao litígio e ao conflito estabelecido, porque muitas vezes o resultado não é aquele que agrada nem ao município, nem a parte que está envolvida necessitando que a sua demanda seja resolvida.



Nesse contexto, quais seriam os principais desafios da Procuradoria?

Eu acho que o principal desafio é conseguirmos pensar nessa troca de modelagem e pensamento, numa cultura de pacificação social, trazendo a resolução consensual como uma polí-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

tica pública permanente. Nesse sentido, também devemos estabelecer um canal de acesso no sistema multiportas, que nós temos disponível no nosso ordenamento jurídico. Nós possuímos, em Porto Alegre, uma experiência bastante forte e exitosa com a nossa Central de Conciliação, desde 2016. Existe uma política permanente dentro da Procuradoria de trabalharmos a mediação e a resolução consensual de conflitos. O desafio para o procurador é conseguir dar conta de toda a demanda judicial, que é grande e não diminui de uma forma tão rápida. O município precisa de um auxílio judicial adequado, mas também ter esse olhar para um outro lado da Procuradoria, que é o da prevenção e o da resolução de conflitos que não necessariamente precisam ser judicializados. Desde 2012, Porto Alegre tem a sua lei orgânica que rege todo o nosso trabalho. Nós temos uma grande vantagem, que é conseguir ter esse olhar amplo dentro da Administração Pública. E claro, não tem como deixar de investir na tecnologia, porque existe a necessidade de evoluirmos em termos de sistemas, inteligência artificial e automação. Eu diria que esse é o nosso grande nó dentro das administrações públicas, conseguir evoluir para ter sistemas adequados e que deem conta de toda essa demanda.



Em março de 2022, foi publicada a lei 13.028 que instituiu de forma pioneira a mediação tributária no município de Porto Alegre. Como que ela funciona? Quais são os benefícios para os cidadãos e o município?

A Lei 13.028 é fruto de um trabalho coletivo que foi realizado em Porto Alegre, uma parceria com a Associação Brasileira de Direito Financeiro, a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças, a Secretaria da Fazenda e a PGM. Nós pensamos justamente na questão da resolução consensual de conflitos também para o Direito Tributário, puxando todo esse manancial do ordenamento jurídico que possuímos para a realidade da área. Nós estabelecemos um grupo que pensou, estudou e debateu a possibilidade de aplicar o Instituto da Mediação para os conflitos tributários. E trouxemos experiências internacionais, porque é uma novidade no Brasil, a lei de Porto Alegre é pioneira. Houve uma compreensão do Legislativo e do Executivo sobre a importância desse instrumento, pois nós também precisamos de alternativas consensuais para os conflitos tributários. Nós temos pesquisas feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que demonstram que nós temos mais de 5 trilhões de reais estagnados em conflitos tributários no país. Isso é 75% do PIB brasileiro. E quando falamos nesse valor, estamos tratando de dinheiro público que não pode ser aplicado, porque está estabelecido o conflito em torno daquele tributo. O particular que não tem o seu dinheiro liberado, porque ele precisa garantir a sua defesa numa ação ou necessita judicializar esse conflito. Então, isso não é benéfico para ninguém. Essa lei visa justamente abrir um canal de acesso ao contribuinte como uma porta que pode ser utilizada para a resolução de conflitos tributários em Porto Alegre. É importante dizer que o nosso município investe há muito tempo na formação de mediadores, esse é um diferencial da cidade. E isso faz com que nós tenhamos uma mudança interna de cultura. Nós começamos a investir numa formação de mediação, que visa essa consensualidade e realizamos uma transformação

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

na Administração Pública que antes era litigiosa, para uma dialógica. Em um ano de sua regulamentação, nós já tivemos mais de 75 sessões de mediação tributária realizadas em Porto Alegre, envolvendo recursos na ordem de 280 milhões de reais. Assim resolvemos processos de uma forma muito mais célere, porque se nós fôssemos judicializar, levaríamos anos discutindo. O poder público não pode, muito menos o cidadão, esperar todo esse tempo para que a sua demanda seja resolvida. Então, o objetivo dessa lei é justamente abrir este canal, podendo ser utilizado pela comunidade jurídica e contribuinte, internamente, pelo servidor, fisco, administração pública e procurador, em demandas que podem ser submetidas a um procedimento de mediação tributária.

Na sua opinião, quais os reflexos da Reforma Tributária para os municípios?

Estamos num momento em que voltamos a discutir a Reforma Tributária. Há muitos anos, nós a discutimos sem que tenhamos uma solução efetiva, para a simplificação do sistema tributário. Estamos tratando de uma proposta que avançou efetivamente desde o início do ano, que é a PEC 45, e que justamente retira da gestão direta dos municípios o seu principal tributo, que é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Ele passa a ser unificado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que é de competência estadual, e se transforma no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse modelo que foi aplicado na Câmara Federal e agora está no Senado, em tramitação, prevê essa forma dual de cobrança, os impostos estaduais e municipais unificados, mas no âmbito da União. Então, com essa unificação de impostos estaduais e municipais, perdemos o gerenciamento direto do imposto, por exemplo, o ISSQN corresponde a quase 50% da receita própria do município de Porto Alegre. Isso é muito significativo, pois existe todo um planejamento financeiro e orçamentário, que a Secretaria da Fazenda tem que fazer para a aplicação em políticas públicas na cidade. Com isso, são retirados o gerenciamento direto e a autonomia do tributo, porque ele passa a ser administrado por um conselho federativo, responsável por arrecadar e padronizar entendimentos e legislações. É necessário que esse imposto não passe circulando por outros órgãos até ingressar no caixa das prefeituras, porque ele é para aplicar em políticas essenciais. O município é o ente da Federação que é o responsável pelo maior número de demandas constitucionais que são essenciais à população, como saúde, educação e transporte. Tudo isso impacta na vida do cidadão, então essa é a grande preocupação, como simplificar a vida das pessoas. Sem falar no impacto no setor de serviços, para os entes da Federação que contratam, e na iniciativa privada, com os profissionais liberais. É uma grande preocupação da OAB/RS. O presidente Dr. Leonardo Lamachia tem pautado essas questões nacionalmente e é algo que toda a sociedade tem que se preocupar realmente. Então, ninguém é contra uma Reforma Tributária, o país precisa de uma mudança efetivamente, mas nós necessitamos de uma reforma que simplifique para o cidadão e que não retire a capacidade financeira de direcionamento.

Qual o contencioso tributário pós-reforma?

Uma das preocupações que nós temos, a Advocacia Pública, inclusive o CNJ, é como vai ficar o contencioso após a Reforma Tributária ser aprovada neste formato que está sendo apresentado. Com a unificação de impostos, eu vou ter mais de um ente da Federação titular daquele tributo. Surgem dúvidas, por exemplo, como é que vai se dar no momento do ajuizamento de uma execução fiscal; e o contribuinte contra quem vai ajuizar a sua ação a partir do momento que eu tenho o IBS, que é de titularidade dos estados e dos municípios. Eu sou uma das pessoas que tem participado de reuniões com procuradorias federais, estaduais e municipais, em Brasília. Existe um grupo de trabalho protagonizado pela Associação Nacional de Procuradores Municipais, junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria-Extraordinária da Reforma Tributária, que foi formalmente designado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Essas reuniões funcionam com base nos textos que estão ainda em tramitação, mas que devem modificar ainda no Senado, porque têm muitas emendas apresentadas. Nós queremos minimizar os impactos no contencioso, num sistema que já possui uma alta taxa de congestionamento de processos no Judiciário, fazendo com que seja realmente simplificado o acesso ao cidadão, que é o destinatário do tributo, em última análise.

Que mecanismos podem ser utilizados para qualificar melhor a gestão pública?

Falando um pouco sobre o protagonismo, ainda hoje, não é fácil assumir cargos de comando sendo mulher. Quando eu estive à frente da Associação Nacional de Procuradores Municipais, fui a primeira mulher no cargo. Isso aconteceu em 2008, eu tinha 30 e poucos anos e foi um desafio, mas rompeu barreiras internas e externas. Na minha posse, nós tínhamos uma mesa de 21 entidades representadas e eu era a única mulher presidente de associação nacional. Quando eu estava no cargo de procuradora-geral, também fui a primeira mulher no exercício da função em Porto Alegre. Foram momentos que significaram muito para mim, porém muito mais para a carreira, para termos a noção de que existe a possibilidade de uma advogada pública exercer cargos de comando. E acho que essa é uma questão que temos que discutir de uma forma macro. A partir do momento em que eu consigo ter essa diversidade nos cargos de comando dentro das administrações públicas, consigo qualificar a política pública. Eu possuo um olhar feminino e consigo transmitir ele para a política pública que está sendo pensada para a mulher. Com esses lugares de fala, nós conseguimos ter de uma forma muito mais positiva e efetiva a representação naquele cargo. Além de termos esse protagonismo de representatividade de gênero nas administra-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

ções públicas, aliado obviamente com a competência e a capacitação técnica de estarem ocupando esses postos, eu consigo transmitir esse olhar para as políticas públicas que são inerentes e que devem ser aplicadas. Eu acho que evoluímos muito enquanto sociedade, quando entendemos que há um espaço para todos. Por outro lado, também não seria proveitoso para a sociedade brasileira, que tivessem mais mulheres que homens ou mulheres em postos que não tenham a capacidade técnica para estar, não se trata disso. Nós falamos de oportunidades iguais, a ideia é possibilitar com que a mulher seja o que ela quiser dentro da profissão que escolheu, tendo capacidade para isso. A grande lição que fica quando exercemos esses cargos é demonstrar para os nossos filhos e faço isso muito, eu mostro para minha filha, que ela pode fazer o que quiser da vida dela, desde que tenha capacidade para estar ocupando os postos que pretende estar.

Na sua opinião, o presidente Lula deverá indicar uma mulher para a vaga da ministra Rosa Weber?

Eu gostaria muito e não é por ser uma mulher, mas para manter um mínimo de equilíbrio na Corte Suprema. Se sair a ministra Rosa Weber e não entrar uma outra mulher no seu lugar, teremos somente uma ministra na Corte. Então, acho que por uma questão de equilíbrio, por tudo isso que nós falamos aqui, por essa representatividade, equidade e importância, eu gostaria muito que fosse uma mulher com condições de estar ocupando este cargo, que é um posto importantíssimo na mais alta Corte do nosso país.

Conte-nos sobre o seu livro de Mediação Tributária.

Esse livro é um filho que nasce, nós sempre dizemos que quando terminamos um estudo e ainda conseguimos fazer uma publicação, é um filho que nasce. Fiquei muito feliz com esse resultado, porque ele reproduz a minha dissertação de mestrado, onde pude unir o estudo científico e a verificação



MEDIAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA JUSTIÇA
Unindo pesquisa acadêmica e prática administrativa, a Dra. Cristiane destaca a importância da mediação tributária e da equidade na Corte Suprema, refletindo sua paixão por uma Administração Pública mais justa e representativa

científica da mediação tributária, com a aplicação prática no município de Porto Alegre. Eu sempre quis trazer o aprofundamento de temas de forma científica para a realidade com a qual eu sempre trabalhei na Administração Pública. Quando nós desenvolvemos esse estudo em Porto Alegre, para a produção da lei, eu aprofundei o estudo da mediação para os conflitos tributários. Então, foi muito gratificante porque eu pude trazer conceitos bastante relevantes que dizem respeito à mediação e que justificam a sua adoção para os conflitos tributários. O Instituto da Mediação permite um aprofundamento de conhecimento dos interesses que estão na mediação, tornando-se positivos para as relações que dali se estabelecerão e para as relações futuras. Na mediação as próprias partes vão decidir qual é a melhor solução para aquele conflito que está posto. Nós temos vivenciado diariamente na Prefeitura de Porto Alegre a qualificação da relação do poder público municipal com o contribuinte. Por isso, trabalhamos com o princípio da confiança na Administração Pública. Nós precisamos disso, tanto do contribuinte no poder público, quanto vice-versa, para termos uma relação melhor e dialogar efetivamente, resolvendo os problemas.

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

I CONGRESSO GAÚCHO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Magistrados de diferentes tribunais do país compartilharam experiências de cooperação

Renato Sagrera

O Plenário Ministro Pedro Soares Muñoz, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do RS, foi o local da cerimônia de abertura do I Congresso Gaúcho de Cooperação Judiciária: Estudo de Casos e Mecanismos de Integração Nacional, promovido pelo TJRS em parceria com os Tribunais Regionais Federal e do Trabalho da 4ª Região (TRF 4 e TRT4). A realização do evento no Judiciário gaúcho faz parte das comemorações dos 150 anos do TJ do Rio Grande do Sul.

Na oportunidade, foi assinado o Termo de Cooperação celebrado entre o Poderes Judiciários do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, o Tribunal Regional Federal da 4ª região, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, a 2ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar e a 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, para a constituição da Rede Sul de Cooperação Judiciária.

A Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, enalteceu "a iniciativa da realização do Congresso de esti-



JULIANO VERARDI/DICOM/TJRS

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



JULIANO VERARDI/DICOM/TJRS

ARTICULAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS

A Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, enalteceu a iniciativa da realização do Congresso de estimular a reflexão sobre a atuação articulada dos tribunais, sempre tendo como horizonte o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e, consequentemente, benefícios diretos aos jurisdicionados

mular a reflexão sobre a atuação articulada dos tribunais, sempre tendo como horizonte o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e, consequentemente, benefícios diretos aos jurisdicionados". Ela acrescentou que o "Poder Judiciário existe e se justifica para servir à sociedade". Segundo a presidente Iris, "o evento permite a saudável integração e o compartilhamento de boas práticas que incentivam o desenvolvimento cada vez maior de iniciativas de cooperação judiciária".

Conforme a 3ª vice-presidente do TJ do Rio Grande do Sul e supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária, desembargadora Lizete Andreis Sebben, a cooperação está inserida no Código de Processo Civil e na Resolução 350/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre o tema entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades. "A ideia é promover mecanismos para uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente e efetiva e que o Judiciário, em todas as esferas, reduza a burocracia existente, pensando sempre nas mudanças de paradigma necessárias em função dos novos tempos", disse ela. A desembargadora enfatizou o avanço da digitalização dos processos físicos no TJ do Rio Grande do Sul, que já está em fase final, como exemplo das inovações importantes para o aperfeiçoamento da jurisdição.

Já o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Luís Fernando Tomasi Keppen, disse que a Re-

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

solução 350/2020, do CNJ, uniu todos os Tribunais em prol da cooperação judiciária. “Estamos todos instados a promover a prática fundamental da solidariedade entre os colegas que atuam no Judiciário e convivem com questões sensíveis diariamente”. Ele finalizou sua manifestação enfatizando que o TJ do Paraná manifestou seu total apoio à realização do Congresso e está engajado na troca de boas práticas e iniciativas entre os Tribunais e Instituições.

O representante do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT4, Leandro Krebs Gonçalves, por sua vez, afirmou que “o evento simboliza a concretização de um sonho de todos nós, pois, independente das competências de cada ramo do Poder Judiciário, nossos caminhos se cruzam e o diálogo institucional é indispensável para a prestação jurisdicional”. Segundo ele, "esperamos que seja o primeiro de muitos encontros com esta sintonia existente entre os Tribunais".

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador federal Fernando Quadros da Silva, destacou que o momento é muito importante para a sociedade, eis que este evento fará com que possamos estudar e ouvir as experiências de vários colegas, avançando na cooperação em muitos aspectos. Conforme o desembargador, é um momento de muita alegria esta iniciativa que irá garantir a reflexão de temas fundamentais na atuação nos Tribunais da região. O magistrado concluiu sua manifestação desejando que o evento possa aperfeiçoar ainda mais o que já vínhamos fazendo em termos de sintonia entre as Cortes e as Instituições.

PALESTRA

Logo após a cerimônia de abertura do evento, ocorreu a palestra do desembargador Silvio Neves Baptista Filho, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que tratou sobre a Rede Nordeste de Cooperação Judiciária. Ele falou sobre os avanços proporcionados pela Resolução 350/2020, no Conselho Nacional de Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a Cooperação Judiciária Nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades.

“A Cooperação é o grande caminho existente na Justiça, em todas as esferas, para que possamos garantir o aperfeiçoamento constante dos serviços prestados aos jurisdicionados. Até 2020 pouco se falava na cooperação, mas a partir da resolução que o assunto foi sendo fomentado com encontros nacionais”, afirmou o magistrado.

Ele lembrou que o artigo 67 do CPC determina que aos órgãos do Poder Judiciário incumbe o dever de recíproca cooperação. Citou exemplos como a centralização de processos ocorrido pela Justiça Estadual da Paraíba, na Comarca de Sousa, e a atuação do Núcleo Justiça 4.0 que tratou de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal em parceria entre o TRF5 e o TJPE. O palestrante também falou sobre a centralização de processos repetitivos, com matérias que possuem origem em questões comuns de fato ou de direito.

JULIANO VERARDI/DICOM/TJRS



PARA AVANÇAR
O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador federal Fernando Quadros da Silva, destacou que “o momento é muito importante para a sociedade, eis que este evento fará com que possamos estudar e ouvir as experiências de vários colegas, avançando na cooperação em muitos aspectos

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CLÁUDIO E LEONARDO LAMACHIA

Entrevistas com membros de um clã que se funde com a história da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul e no cenário nacional

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CAPA

CLÁUDIO LAMACHIA

O LEGADO DE UM HOMEM QUE ATÉ HOJE TEM SUA GESTÃO CONSIDERADA COMO UM MARCO NA OAB NACIONAL

A busca por justiça tributária e o compromisso com a ética e a democracia: um diálogo revelador com o primeiro e único gaúcho a presidir a OAB Nacional em seus 93 anos de história

Entrevista: Patrícia Cruz
Edição: Lucio Vaz e Patrícia Cruz
Fotos: Lucas Pfeuffer

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Nossa democracia é muito jovem ainda, mas vibrante e sólida como se pode perceber, notadamente nos últimos tempos. Como sabemos, para os males da democracia o remédio é mais democracia

Há muito tempo defendo a necessidade de uma reforma tributária no Brasil, mas não é esta que está aí que vai onerar em muito o setor de serviços e não passou por um real debate na Câmara dos Deputados. Todos sabemos que não há justiça tributária no Brasil. Toda vez que os governos, de todos os partidos, tem um problema de caixa, buscam a solução no bolso do cidadão, enquanto deveriam, sim, tratar de melhorar a eficiência da máquina pública.

O foro especial, muitas vezes, acaba blindando políticos e funcionários públicos contra desvios praticados sem nenhuma relação com o cargo ou a instituição que deveriam representar.

O instrumento foi criado para proteger as instituições e não seus ocupantes temporários. Ele perdeu o sentido ao ser estendido para milhares de indivíduos

O senhor se formou em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). O que o levou a cursar Direito?

Nasci numa família de advogados e o sangue da advocacia pesou na hora de definir a profissão, o que pode ser explicado pela forte inspiração, admiração e influência familiar no ramo do direito. Meu tataravô era advogado, assim como meu bisavô, meu avô, meus tios e depois meu irmão, que atualmente preside a OAB/RS. Hoje posso afirmar que a tradição da família no direito aumentou ainda mais, pois minha esposa, seu pai e o avô dela também são advogados e minha filha mais velha já está cursando Direito.

O senhor poderia comentar um pouco sobre a sua trajetória dentro da Ordem dos Advogados do Brasil até chegar, como primeiro e único gaúcho a presidir a OAB Nacional em seus 93 anos?

Exerci a função de conselheiro seccional e posteriormente fui eleito e reeleito presidente da OAB/RS, com mais de 82% dos votos, em um pleito disputado por quatro chapas. Nossa segunda gestão à frente da OAB gaúcha obteve uma avaliação de 93% de aprovação em uma pesquisa nacional, o que certamente me colocou em linha para assumir posteriormente a Vice-Presidência e após a Presidência Nacional da OAB.

No seu discurso de posse como presidente Nacional da OAB, o senhor garantiu que a Ordem trabalharia contra a recriação do CPMF. O senhor chamou a medida articulada pelo Planalto a época de "solução simples para resolver problemas que não foram criados por nós [cidadãos]". Qual a sua avaliação da atual proposta de Reforma Tributária?

Há muito tempo defendo a necessidade de uma Reforma Tributária no Brasil, mas não é esta que está aí que vai onerar em muito o setor de serviços e não passou por um real debate na Câmara dos Deputados. Todos sabemos que não há justiça tributária no Brasil. Toda vez que os governos, de todos os partidos, tem um problema de caixa, buscam a solução no bolso do cidadão, enquanto deveriam, sim, tratar de melhorar a eficiência da máquina pública. Em vez de tirar mais dinheiro dos cidadãos, os governos deveriam pensar em gastar melhor a enorme quantidade já arrecadada, combatendo males como a corrupção e a ineficiência. Precisamos também debater e revisar o pacto federativo, reavaliando a distribuição do bolo tributário e a redefinição de papéis e obrigações de estados, municípios e União, buscando uma maior justiça social. O brasileiro já arca com uma das mais altas cargas tributárias do mundo sem ter, em contrapartida, muitas vezes, acesso pleno a serviços públicos de qualidade, notadamente em áreas fundamentais como saúde, educação e segurança.

Em diversas oportunidades, o senhor se posicionou contra o foro privilegiado. Por que o senhor é contra esse instituto?

O instrumento, muitas vezes, acaba blindando políticos e funcionários públicos contra desvios praticados sem nenhuma relação com o cargo ou a instituição que deveriam representar.

O foro especial foi criado para proteger as instituições e não seus ocupantes temporários. Ele perdeu o sentido ao ser estendido para milhares de indivíduos. A concessão indiscriminada do benefício fica evidente pela falta de consenso sobre o número de agraciados. Não existem, no país, tantas funções sensíveis ou estratégicas para a continuidade do Estado de Direito. O STF, como corte constitucional, nem sempre está preparado para a instrução penal. Com isso, os processos emperram - e aumenta a sensação de im-

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

punidade. Outro resultado benéfico do fim do foro por prerrogativa de função é o descongestionamento do próprio STF, cuja missão principal é se dedicar às grandes e relevantes questões constitucionais, mas que acaba travado por questões menores do cotidiano dos políticos em decorrência do benefício desfrutado pelos que só podem ser julgados pelo mais importante tribunal do país e não pela Justiça comum.

Uma das qualidades da Constituição em vigor é, justamente, permitir que o direito e as estruturas estatais evoluam junto com a sociedade para bem atendê-la e não se servirem dela. Cabe aos três Poderes da República se colocarem em compasso com essa aspiração. Ao debater a questão, em 2017, o plenário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou à conclusão de que o foro privilegiado deveria ser readequado aos seus propósitos originais por meio de proposta de emenda constitucional. É preciso restringir de forma drástica a quantidade de beneficiados. Na minha visão, esse grupo deveria ser composto, por exemplo, apenas por chefes de Poderes e de alguns órgãos estratégicos, nos três níveis da administração. Cabe ao Congresso avaliar o contingente de pessoas beneficiadas e fazer as distinções necessárias.

Do mesmo modo, chamei a atenção durante minha presidência para a existência de outras regalias decorrentes de distorção da lei e que agravaram a crise enfrentada pelo país ao longo dos últimos anos. É o caso, por exemplo, da concessão indiscriminada de veículos oficiais, das viagens com fins privados em aviões públicos, de salários que extrapolam o teto e de auxílios ilegais, os chamados "penduricalhos" de que gozam alguns altos cargos públicos. São todos problemas da mesma natureza e que pedem solução urgente.

Muitas vezes a sociedade não compreende o papel do advogado e suas prerrogativas profissionais e os "confundem" com seus clientes. Qual sua avaliação sobre essa percepção?

CLAUDIO LAMACHIA: TRAJETÓRIAS E RECONHECIMENTOS

OAB

- Membro Honorário Vitalício da OAB Nacional
- Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal – 2016/2018
- Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal – 2013/2015
- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil OAB Seccional RS – 2010/2012
- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil OAB Seccional RS – 2007/2009
- Outras Entidades de Advogados
- Presidente da Associação Nacional dos Advogados do Banco do Brasil 2000/2009
- Vice-Presidente da Federação Nacional dos Advogados
- Membro do Conselho Institucional da Academia Tributária das Américas
- Outras Entidades Representativas da Sociedade Civil
- Presidente do Conselho de Cidadãos de Porto Alegre
- Presidente do Fórum dos Conselhos de Profissões Regulamentadas do Rio Grande do Sul 2007/2012
- Membro do Conselho Consultivo da Laureate Internacional Universities
- Irmão Mesário Efetivo da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Principais honrarias recebidas

- Doutor Honoris Causa da Academia Brasileira de Filosofia
- Advogado Emérito do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul – IARGS
- Medalha do Mérito Farroupilha – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
- Cidadão Emérito de Porto Alegre – Câmara Municipal de Porto Alegre/RS
- Medalha do Pacificador – Exército Brasileiro
- Honra ao Mérito da Frente Parlamentar dos Direitos do Contribuinte – Congresso Nacional
- Medalha Professor Santiago Dantas
- Medalha Tiradentes
- Membro Honoris Causa do Instituto dos Direitos do Contribuinte
- Troféu Brasil Expodireto – Categoria Liderança Gaúcha

Principais Honrarias recebidas pelo Poder Judiciário e Ministério Público

- Comenda do Mérito Judiciário Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
- Medalha Hercílio Domingues do Tribunal de Contas do Estado do RS
- Ordem do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Grau Grã-Cruz
- Comenda do Mérito Judiciário Militar do Estado do RS
- Medalha do Ministério Público de Contas do Estado do RS
- Medalha do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

O advogado não pode ser confundido com seu cliente e suas atividades. Sempre que o advogado estiver no exercício da defesa, estará protegido pelas prerrogativas profissionais que pertencem à própria sociedade. A liberdade do exercício profissional do advogado é condição essencial de sobrevivência de uma democracia, pois o advogado é indispensável à administração da justiça, por expresso preceito constitucional. Quem conspira contra a independência e liberdade do advogado, está agindo contra o próprio Estado Democrático de Direito, como tenho afirmado. As prerrogativas profissionais são garantia da cidadania e instrumento de trabalho indispensável para o exercício

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

LUCAS PFEUFFER



ADVOGADO EMÉRITO
Cláudio é reconhecido por suas conquistas que significaram enormes avanços, não apenas para a categoria, mas para a sociedade brasileira. Na foto com sua família, a qual sempre fez questão de dividir os méritos recebidos

pleno da advocacia.

O senhor poderia comentar a ampliação de direitos para advogadas grávidas e lactantes conquistada durante a sua gestão, em especial a Lei 13.363/2016?

A Lei 13.363/16 foi uma importante conquista que veio a se somar a vários outros avanços legislativos obtidos na nossa gestão à frente do Conselho Federal. Estipula direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes, adotantes ou que deram à luz e para o advogado que se tornar pai. Atribuiu à advogada gestante enquanto durar o estado gravídico reserva de vaga gratuita em garagens dos Fóruns dos Tribunais. Autorizou a entrada da advogada gestante sem que se submeta a detectores de metais e aparelhos de Raios-x, enquanto durar o estado gravídico. Concedeu preferência nas sustentações orais e nas audiências às advogadas gestantes, lactantes, adotantes ou que deram à luz. Deferiu a suspensão do processo por 30 dias, quando a advogada seja a única constituída na causa e que tenha dado à luz ou da concessão da adoção. Determinou, ainda, acesso à creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê, oportunizando o acesso às advogadas lactantes, adotantes ou que deram à luz, respectivamente, enquanto durar o período de amamentação. Autorizou a suspensão por 8 dias do processo do advogado que tenha se tornado pai, desde que seja o único patrono na causa e contados a partir da data do parto ou da concessão da adoção.

Em 2017, A XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira reuniu mais de 22 mil advogados no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo, tendo sido considerado o maior evento jurídico do mundo. Qual foi o legado deixado?

Na minha visão, mostramos para o Brasil e para o mundo a força institucional da OAB e da advocacia na realização de um evento de tamanha magnitude.

Em 2023, o senhor acredita que a democracia está a salvo no Brasil?

Nossa democracia é muito jovem ainda, mas vibrante e sólida como se pode perceber, notadamente nos últimos tempos. Como sabemos, para os males da democracia o remédio é mais democracia.

O senhor pode fazer um breve balanço da sua gestão à frente da OAB Nacional? O que achou acertado e o que faria diferente hoje?

A avaliação da gestão deixou a cargo daqueles que representei ao longo de meu mandato à frente da OAB Nacional, mas afirmo que busquei, com todas as minhas forças, acertar e cumprir a honrosa missão de presidir o CFOAB em um dos momentos mais desafiadores do Brasil. Entendo que um dos ganhos fundamentais de nossa gestão foi exatamente, nesse ambiente absolutamente conturbado no cenário político. Termos mantido uma interlocução positiva com o Congresso Nacional, o que nos oportunizou inúmeras vitórias legislativas definitivas que fortaleceram a atividade profissional da advocacia e ainda a aprovação histórica da lei que criminaliza a violação às prerrogativas dos advogados. Desde minha posse na presidência da OABRS, em 2007, iniciei uma luta com proposições legislativas visando a valorização da advocacia, o fim do aviltamento e da compensação de honorários e o respeito na sua fixação; as férias para a advocacia, a contagem de prazos em dias úteis, o simples nacional para a advocacia e a criminalização do desrespeito de nossas prerrogativas profissionais, dentre outros temas importantes. Todas estas pautas fundamentais hoje estão materializadas em leis pelas quais lutei desde que assumi pela primeira vez a presidência de nossa instituição no Rio Grande do Sul.

Quais os principais conselhos que o senhor deu para o seu irmão Leonardo Lamachia, quando ele assumiu a presidência da Ordem gaúcha?

Serenidade, equilíbrio, ponderação e muita firmeza em suas ações, o que ele tem demonstrado para toda a advocacia e sociedade gaúcha. Meu irmão é um jovem e talentoso advogado que viveu e acompanhou intensamente toda a minha trajetória na OAB.

Está preparado para exercer com responsabilidade e muita competência, como vem fazendo, a presidência de nossa instituição.



CAPA

LEONARDO, "LA MAQUINA"

Após promover o maior evento da história da categoria no RS, o "Cidade da Advocacia", o presidente da OAB/RS imprime sua marca indelével na entidade, ditado por um ritmo acelerado e incessante de conquistas e fortalecimentos. Confira, a seguir, as prioridades de uma gestão que já fez história na OAB gaúcha

Entrevista: Patrícia Cruz
Introdução, edição e legendas: Lucio Vaz
Fotos: Lucas Pfeuffer

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Conte-nos como foi o processo para conseguir a majoração de honorários, garantindo um aumento médio de 103% na tabela da advocacia dativa?

Uma das mais expressivas vitórias que conseguimos para a advocacia na nossa gestão foi fruto de uma grande articulação desde o início junto ao procurador-geral do Estado, Eduardo Costa e ao governo do Estado, onde nós mostramos os avanços que já tinham ocorrido em relação à advocacia dativa e a nova regulamentação. Nós conseguimos mostrar para o governo do Estado com muita clareza que a tabela que estava sendo praticada era absolutamente indigna. Acabou demorando um pouco para nós conseguirmos a majoração, porque o Estado precisava mexer no seu orçamento. A tabela realmente era indigna, havia essas dificuldades orçamentárias, mas nós seguimos mostrando para o governo, pleiteando e cobrando uma solução. Nós mostramos que esta modelagem da advocacia dativa comunica muito com o que o atual governo do Estado pensa sobre a forma de o Estado atuar, é quase que uma parceria público-privada e acho que a partir destes argumentos, comprovamos uma correlação muito direta também com a atual forma do governador e do atual governo encaminhar as suas demandas. Então, nós acabamos conseguindo convencer o Estado do Rio Grande do Sul a fazer uma ampliação muito significativa no seu orçamento, destinando 7 milhões de reais para a advocacia dativa. Nós destacamos que esta área, era muito importante, que isso significava acesso à Justiça e a partir desta grande articulação de todos esses argumentos que nós fomos levando ao procurador-geral e ao governador do Estado, conseguimos um aumento médio de 103%, que significa respeito a dignidade da advocacia e ao exercício profissional desses colegas que atuam como advogadas dativas e advogados dativos no Rio Grande do Sul.

Qual foi o saldo da segunda edição da Cidade da Advocacia?

Esplendoroso, espetacular e extraordinário, o maior evento em 91 anos da OAB/RS. O saldo que nós temos é de diversos aspectos, pois triplicamos o número de inscritos, ou seja, levamos conhecimento gratuito para mais de 15 mil advogadas e advogados gaúchos, oportunizamos uma experiência completamente diferente e inovadora para essas advogadas e advogados, com as palestras que foram produzidas, oportunizamos networking e houve a troca de experiências entre os colegas. Nós inovamos na forma de fazer também as nossas palestras magnas com o velejador Amyr Klink, que foi um grande sucesso, e com a ginasta Daiane dos Santos. Então, além dos temas tradicionais do Direito, que nós tivemos mais de 250 painelistas falando sobre o assunto, também inovamos. Então, fazendo um balanço, eu acho que o simples fato de nós termos realizado o maior evento da OAB/RS em 91 anos, com mais de 15 mil advogadas e advogados inscritos, diz tudo que foi, realmente, o evento mais extraordinário que a OAB/RS já fez.

> “Nós conseguimos mostrar para o governo do Estado com muita clareza que a tabela que estava sendo praticada era absolutamente indigna. Acabou demorando um pouco para nós conseguirmos a majoração, porque o Estado precisava mexer no seu orçamento(...) conseguimos um aumento médio de 103%, que significa respeito a dignidade da advocacia e ao exercício profissional desses colegas que atuam como advogadas dativas e advogados dativos no Rio Grande do Sul”

O que o senhor acha da Reforma Tributária?

Eu acho lamentável a forma com que foi tratada a Reforma Tributária, uma reforma que impacta diretamente a sociedade brasileira e que tramitou praticamente secreta, dentro da Comissão da Câmara dos Deputados, depois foi pautada de forma relâmpago, no Plenário, sem que houvesse a oportunidade de os deputados fazerem um debate maior e sequer alguns teriam a oportunidade de ler o texto que foi disponibilizado, minutos antes de iniciar o processo de votação. A Ordem gaúcha cumpriu rigorosamente a sua missão, no dia 19 de junho, fez uma audiência pública na OAB Cubo, com o Fórum dos Conselhos, para alertar a sociedade gaúcha que ocorreria essa votação sem debate maior e pior do que isso, uma Reforma Tributária que significaria aumento de tributo. Este aumento de tributo do texto aprovado na Câmara atingiu o coração da advocacia, a nossa atividade profissional é dura e diretamente atingida pelo texto aprovado na Câmara, assim como os demais profissionais liberais e o setor de serviços, então esta é uma Reforma Tributária que não serve para a advocacia e, portanto, não serve para a OAB/RS, por isso que nós fizemos a audiência pública. Eu fui a Bancada

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

LUCAS PFEUFFER







EM PELOTAS, CAÇAPAVA DO SUL E TORRES
Através de sua presença nos mais distintos recantos do RS, Lamachia fortalece a entidade de dentro para fora em uma via de mão dupla, ouvindo as demandas e buscando o apoio que necessita para impor suas diretrizes

Federal Gaúcha, me reuni em Brasília, onde a OAB/RS teve a oportunidade de falar, de expor os seus argumentos, mas infelizmente o texto acabou sendo aprovado na Câmara e agora, nós estamos trabalhando no Senado da República, porque nós somos favoráveis a uma Reforma Fiscal, mas somos absolutamente contrários a qualquer reforma que signifique aumento de tributos e este texto aprovado significa isso.

> “Eu acho lamentável a forma com que foi tratada a Reforma Tributária, uma reforma que impacta diretamente a sociedade brasileira e que tramitou praticamente secreta, dentro da Comissão da Câmara dos Deputados...”

Como a OAB/RS avalia a expansão de cursos de Direito no estado?

Com muita preocupação a Ordem enxerga a expansão dos cursos de Direito e não por sua proliferação, mas porque muitos destes cursos de Direito que estão sendo aprovados no Ministério da Educação não têm as condições necessárias para funcionar e, portanto, não vão formar profissionais adequados para o mercado e para lidarem com os bens mais caros que um cidadão tem, porque uma advogada ou um advogado defendem a vida, a liberdade, o patrimônio e a honra do seu constituinte. Então, a Ordem vê com muita preocupação e por isso que esse tema tem sido pauta constante do nosso Conselho Pleno, nós temos debatidos quais as alternati-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

vas, porque essa não é uma obrigação da OAB estadual, o tema dos cursos de Direito é uma responsabilidade do Conselho Federal da OAB, mas nós não estamos nos furtando ao debate, para tentar vislumbrar medidas que nós, como a OAB estadual, possamos tomar. Não posso deixar de frisar a importância do exame de Ordem, que é a ferramenta que a Ordem tem para minimamente aferir o conhecimento, pois esses profissionais vão atuar no mercado e defender os bens mais caros que um cidadão possui.

Como está a ação da OAB/RS no Supremo Tribunal Federal que questiona a dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União?

A OAB/RS se orgulha muito de, em 2012, na gestão Cláudio Lamachia ter ajuizado uma ação que questiona a dívida e a Ordem gaúcha. Desde 2012 a OAB/RS se manifesta no sentido de que esta dívida não é devida. Nós inclusive no ano passado realizamos uma audiência pública muito importante na OAB Cubo, foi uma das nove realizadas durante a nossa gestão de um ano e dez meses e nesta audiência pública, nós dissemos que não éramos contra o regime de recuperação fiscal, mas que a OAB/RS não desistiria da sua ação judicial, porque ela poderia ser no futuro uma alternativa para o Estado. Nós temos a crença de que esta ação sob o ponto de vista jurídico dos nossos argumentos deve ser julgada procedente para reduzir muito significativamente ou até considerar a dívida já paga, são os dois argumentos que nós temos. Agora, nós tivemos uma segunda perícia aportada aos autos que aponta neste sentido de que haveria uma diferença muito significativa, acima de 50 bilhões de reais a menos devidos pelo Estado do Rio Grande do Sul para com a União Federal. Então, essa ação eu diria que ela é uma das maiores demonstrações ou materializações da ação cidadã da Ordem. O julgamento, nós temos que aguardar. Não sabemos se vamos ter êxito ou não, mas temos fundados argumentos jurídicos e as duas perícias apontando no sentido de que realmente a dívida é muito superior ao que a União Federal exige. Tomara que a Ordem possa com esta ação contribuir com o Estado do Rio Grande do Sul, porque se essa ação for procedente quem ganhará será a sociedade gaúcha.

Como os últimos fenômenos climáticos no estado prejudicaram os prazos processuais, as audiências e os julgamentos nos tribunais?

Os fenômenos climáticos que eu tive oportunidade de acompanhar, inclusive in loco, foram de cidades devastadas como Roca Sales, Muçum e Arroio do Meio, duramente atingida. Eu estive lá em duas oportunidades para abraçar a advocacia e levar ações concretas nossas para tentar minimizar os efeitos de uma das maiores tragédias de toda a história do Rio Grande do Sul, que assolaram o Vale do Taquari. Então, a Ordem esteve muito presente, volto a frisar, estive duas vezes na região e imediatamente no dia seguinte aos fatos, nós já conseguimos a suspensão dos prazos nos Tribunais, abrimos um canal de interlocução com todos eles, conseguimos por mais de uma vez a suspensão dos prazos e conseguimos também ampliar para todo estado do Rio Grande do Sul, porque os prazos processuais não diziam respeito só às Comarcas atingidas, muitos dos colegas que perderam os seus escritórios, as suas casas ou os parentes queridos, tinham prazos a cumprir em outras cidades que não as atingidas e isso nos demandou uma articulação e uma negociação grande com os Tribunais, porque a única alternativa que conseguimos foi a suspensão dos prazos em todo estado. Também, conseguimos no TRF e no TRT a suspensão de prazos a partir de uma lista que nós disponibilizamos de colegas atingidos, também foi uma inovação, a partir dessa articulação institucional que fizemos. Então, houve sim um impacto grande no cumprimento dos prazos, um impacto grande para esses colegas e enfim para toda a comunidade e população do Vale do Taquari, mas a Ordem cumpriu com muito êxito a sua missão, estando lá abraçando os colegas, montando uma estrutura de trabalho num coworking no Centro de Encantado, que está em funcionamento até agora, para que os colegas que perderam os seus escritórios possam retomar a sua atividade profissional e também com um olhar desde o primeiro momento na questão da suspensão dos prazos.

Como funciona a Multicom e quais os benefícios da virtualização do Judiciário?

A virtualização do Poder Judiciário, ela é uma situação inexorável que a própria pandemia nos colocou, o que a Ordem disse e eu reafirmo aqui e vou reafirmar sempre é que o meio virtual tem que ser sempre uma opção da advocacia, jamais uma imposição. Aliás, nós estamos muito preocupados com a utilização do plenário virtual, por alguns Tribunais que estão pondo resistência ao pedido da advocacia de destaque dos seus processos do plenário virtual para poderem realizar sustentação oral presencial ou telepresencial. O plenário virtual é uma ferramenta que auxilia o Poder Judiciário, mas jamais poderá ser obrigatória, porque a obrigatoriedade desta ferramenta chamada de plenário virtual é prejuízo para a sociedade, é ferimento à ampla defesa e ao devido processo legal. Então, nós temos sido muito claros, lançamos uma campanha que vídeo gravado não é sustentação oral e a Ordem está muito atuante nessa temática, porque nós temos a convicção de que os meios virtuais vieram para auxiliar tanto o Judiciário quanto a advocacia, mas a opção pela sua utilização é sempre do advogado ou da advogada que sabem quais são os interesses envolvidos no processo da parte que representa, os riscos e as responsabilidades. A Multicom é uma ferramenta que a Corregedoria Geral de Justiça está implantando, nós temos acompanhado, tivemos a presença inédita do juiz-corregedor, responsável pela Multicom, numa reunião do Conselho da OAB, isso nunca

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

LUCAS PFEUFFER



CIDADE DA ADVOCACIA
Com 15 mil inscritos, Cidade da Advocacia 2023 entra para a história da OAB/RS como o maior evento já promovido pela entidade

tinha ocorrido antes na história. Este juiz-corregedor veio exatamente aqui prestar explicações e esclarecimentos sobre a Multicom, ouvir críticas e sugestões, para aperfeiçoarmos esse sistema. Nós entendemos que a ideia é positiva, mas que merece aperfeiçoamentos e nós estamos cumprindo com o nosso papel, ouvindo as subseções e a advocacia. Também, deixamos muito claro que a implantação da Multicom jamais poderá impedir o atendimento de balcão, o atendimento presencial da advocacia e a propósito disso, a nosso pedido, a Corregedoria editou uma norma garantindo expressamente, que a implantação da Multicom não impedirá o atendimento presencial no Fórum, que é uma prerrogativa da advocacia.

Na sua opinião, o presidente Lula deve indicar uma mulher para a vaga da ministra Rosa Weber?

A indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal é uma prerrogativa do presidente da República e ele pode indicar quem ele bem entender, que depois será sabatinado pelo Senado da República, mas me parece absolutamente justo e legítimo o pleito de que por estar se aposentando uma mulher seja indicada no seu lugar uma outra mulher, para que nós não tenhamos apenas uma mulher compondo a Suprema Corte. A participação das mulheres em todos os espaços de poder é importantíssima, nós mesmos na Ordem avançamos muito a partir da gestão Cláudio Lamachia, no Conselho Federal, que aprovou a participação mínima de 30% das mulheres nos quadros diretivos e nos Conselhos da OAB, depois nós avançamos para a paridade. Então, hoje a OAB pratica a paridade nos seus quadros de dirigentes eleitos. Eu acho importante que também haja no Poder Judiciário esse mesmo engajamento para a participação feminina, portanto, me parece absolutamente justo e legítimo pleitear ao presidente da República a indicação de uma mulher para a vaga da ministra Rosa Weber.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



EM EVIDÊNCIA NA TV

GLADIMIR CHIELE

CEO DA CDP, CONSULTORIA DE DIREITO PÚBLICO

Dr. Gladimir Chiele, especialista em Direito Público e fundador da CDP, orienta gestores municipais com base em décadas de experiência prática

Introdução: Patrícia Cruz
Entrevista: Patrícia Cruz e Cláudio Andrade
Edição e introdução: Patrícia Cruz e Lucio Vaz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Recentemente, o programa Em Evidência na TV (sábados, às 19 horas, na RDC TV e no canal Revista Em Evidência no YouTube), conversou com o diretor da CDP – Consultoria em Direito Público, sobre a melhor forma de fazer a assessoria jurídica dos municípios e como os gestores públicos podem se preparar para lidar com o dia a dia do cargo. O Dr. Gladimir Chiele, além de advogado e diretor da CDP é jornalista também. Ele exerceu diversas funções dentro da Administração Pública, no âmbito estadual e municipal, inclusive atuou como secretário municipal. Em 1998, fundou a CDP – Consultoria em Direito Público, para fazer a assessoria e defesa dos gestores municipais. Em seu portfólio consta a atuação junto a várias associações de municípios de diferentes regiões do estado, totalizando um número superior a 250 municípios amparados. Também é autor do livro "O que todo prefeito precisa saber antes do início do mandato". Atualmente, trabalha junto ao Tribunal de Contas, a Quarta Câmara Criminal do TJRS e a Procuradoria dos Prefeitos

Quais são os principais temas abordados no seu livro? O que um prefeito precisa saber antes de começar a sua gestão pública?

É um livro, que precisa ser atualizado para cada início de mandato. No ano que vem nós teremos eleições municipais e, em 2025, os novos gestores ou aqueles que serão reeleitos assumem o cargo por mais quatro anos. Então, a cada período, nós precisamos fazer essa atualização, porque os assuntos são muito dinâmicos e variáveis. É claro que em linhas gerais, nós temos a necessidade de os gestores observarem a legislação, que é extremamente dinâmica também, ela é volátil, altera, ajusta, amplia e restringe. Além de tudo, nós temos também decisões judiciais que muitas vezes alteram as normas, declaram inconstitucionais determinadas leis, os procedimentos são alterados de acordo com quem analisa, julga e propõe eventualmente alguma discussão judicial. A Administração Pública é uma área muito ampla e, ao mesmo tempo, complexa pelas infinidades de leis. Nós temos mais de 14.500 leis federais, possuímos nessa faixa de 14.000 a 14.500 leis estaduais e mais todas as leis municipais, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções e ordens de serviço. É interminável dentro do setor público e tudo isso precisa ter uma atualização permanente e um acompanhamento. O gestor público, no dia a dia da administração, e a própria equipe estruturada da prefeitura, têm grande dificuldade de fazer esse acompanhamento, porque ela tem também a execução disso tudo. Então, existe uma fase preparatória, que é feita através de um ato administrativo, mas o mais importante é a fase executória dele, que é aquilo que dá efetivamente resultado na ponta do sistema. E esse é o maior problema, é compatibilizar tudo aquilo que prevê a legislação, o seu ordenamento e a parte executiva, porque depois da execução, nós vamos ter, igual ao jogo de futebol, o comentário final. Depois do jogo ou do ato, ele vai levar em conta tudo o que foi feito e se foi realizado dentro das normas legais, de acordo com a interpretação de cada órgão de controle. Então, é uma situação de complexidade permanente e o nosso trabalho é justamente esse, buscar orientação, antecipar essas situações, acompanhar o dia a dia, praticamente hora a hora, o que acontece nos tribunais, em Brasília e no Congresso Nacional, para que possamos fornecer aos gestores a melhor orientação possível.

> "A Administração Pública é tão imprevisível quanto a nossa vida cotidiana. E essa imprevisibilidade ela tem que existir, porque não há na lei uma previsão de tudo aquilo que se faz. Se tivesse, não precisaríamos de um gestor, bastaria aplicar o dispositivo da lei ou um programa de computador. Então, têm situações legais que precisam ser interpretadas à luz de um conjunto de normas e de procedimentos ajustados à situação concreta, para que eles possam ser viáveis daquela forma"

Quais são as dificuldades mais comuns que os prefeitos acabam passando?

Temos uma legislação extremamente

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

ampla e complexa, podemos acompanhar no cotidiano como é que funcionam as histórias e os fatos que são narrados e passados de um a um. Como no dito popular: “Quem conta um conto, aumenta um ponto”. Então, nós temos no universo de pessoas que trabalham com a Administração Pública, um balizador, que se chama lei. Esta lei, ela tem um texto e ele é interpretado de inúmeras maneiras por quem avalia. Por exemplo, os órgãos de controle têm uma interpretação punitiva e fiscalizatória, então tudo aquilo que está previsto na legislação, ela tem esse viés interpretativo. O Executivo, o gestor, busca com a lei e nós também fazemos isso, extrair o máximo possível para poder viabilizar a execução de atos administrativos, que tenham a consequência na ponta do sistema, na prática, e no dia a dia das pessoas. Então, essas divergências, eventualmente, de interpretação, que são naturais que aconteçam, por conta justamente de onde a pessoa se situa no campo da Administração Pública, provocam os conflitos, que são decididos no Poder Judiciário. E ele também tem essa tarefa importantíssima de equilibrar e harmonizar as relações, que não são apenas com os privados e o Poder Público ou os privados entre si. O Poder Judiciário tem essa tarefa importantíssima de poder harmonizar conceitos aplicáveis da legislação sobre atos administrativos que têm repercussão no dia a dia das pessoas na ponta do sistema. Então, é realmente um jogo permanente de equilíbrio de relações que se estabelecem, porque por mais que se tenha entendimentos na área, é sempre possível interpretar alguma coisa a mais ou a menos, ou cometer equívocos de interpretação, o que é natural também. É muito diferente de atos de corrupção e de desvios efetivos, que nós temos acompanhado ao longo dos anos. Isso é uma coisa. A outra é a gestão propriamente dita, que sofre com esse vai e vem de interpretações da norma.

O que fazer quando o gestor público não tem esse conhecimento técnico das questões jurídicas?

O que é perfeitamente natural, nós que vivemos o dia a dia acompanhando isso, temos dificuldades muitas vezes em alguns tipos de assuntos, claro que grande parte dos atos de gestão da Administração Municipal, em torno de 80% a 90%, são regulares, normais, permanentes e continuados. Então, nós trabalhamos ali ajustando eventualmente um outro ponto. A Administração Pública é tão imprevisível quanto a nossa vida cotidiana. E essa imprevisibilidade ela tem que existir, porque não há na lei uma previsão de tudo aquilo que se faz. Se tivesse, não precisaríamos de um gestor, bastaria aplicar o dispositivo da lei ou um programa de computador. Então, têm situações legais que precisam ser interpretadas à luz de um conjunto de normas e de procedimentos ajusta-

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

dos à situação concreta, para que eles possam ser viáveis daquela forma. E quando futuramente existir uma auditoria, uma fiscalização e uma análise daqueles atos que foram feitos, aquela análise tem que estar mais próxima efetivamente daquilo que se chama de correção do ato administrativo. Afinal, ato administrativo absolutamente correto não existe. Eles são os menos problemáticos e são ajustáveis de acordo com a situação concreta, já que nós não temos legislação específica que trata de cada assunto. Nós temos uma legislação que trata da questão geral. E, com isso, nós vamos aplicar determinadas normas, que muitas vezes são aplicadas em conjunto, quatro ou cinco leis para conseguir agregar ou viabilizar um determinado ato administrativo que importa na geração de uma despesa pública, esse gasto tem que estar sempre amparado, do ponto de vista técnico, legal, orçamentário e, sobretudo, da gestão propriamente dita para que ele tenha eficácia na hora de sua aplicação.

> “O Executivo, o gestor, busca com a lei e nós também fazemos isso, extrair o máximo possível para poder viabilizar a execução de atos administrativos, que tenham a consequência na ponta do sistema, na prática, e no dia a dia das pessoas”

Qual a importância do municipalismo para a gestão dos recursos das prefeituras?

Os desafios são diários, nós temos uma série de situações que estão “pipocando”, estão pendentes de uma análise cotidiana, principalmente essa questão que envolve os pisos salariais. Nós já tínhamos uma situação em relação ao piso do magistério, que vem desde a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011, e a partir das últimas portarias do Ministério da Educação, que inclusive nós tivemos que adotar uma medida judicial por conta de a impossibilidade de poder aplicar 33% no ano passado e mais 14,95% este ano. Mediante portaria do Ministério, nós ingressamos judicialmente e anulamos as portarias, tanto do ano passado como deste ano, porque elas não tinham suporte legal para isso. E, é claro que o Poder Judiciário Federal, inclusive, já se manifestou em caráter definitivo em sentenças e agora também junto ao Tribunal Regional Federal, de que as portarias são nulas de pleno direito, porque não têm base legal para a aplicação desses percentuais e não possuem lei federal que regulamenta o piso do magistério depois da edição da nova Lei do Fundeb, em 2021. Então, é um procedimento técnico que nós adotamos para preservar o orçamento municipal, que simplesmente está extrapolando este ano, principalmente, tendo em vista a diminuição da receita federal. A diminuição da atividade econômica, tem prejudicado sensivelmente os orçamentos municipais e a receita pública, num contexto geral, e tem atingido fortemente os municípios a ponto de grande parte deles estarem com seus comprometimentos de gasto com o pessoal em relação à receita corrente líquida acima de 54%, que é o limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse momento, deixa de ser uma questão administrativa do gestor e passa a ser uma questão criminal, porque a infração ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é a partir de 54%, tornando-se uma situação de natureza criminal se o gestor não retomar esse percentual e, também, tem um limite prudencial, que é o limite de anteparo de 51,3%. Então, o gestor não pode trabalhar na administração com percentuais que comprometam a receita em relação ao gasto com pessoal acima de 51,3%. Os inativos e os aposentados dariam um programa só para falar sobre isso, porque se entrarmos na questão previdenciária, que é um verdadeiro caos, os gestores municipais renunciam na hora, pois eles já têm os problemas do dia a dia.

De que forma os Consórcios fortalecem os municípios?

Os consórcios são, na verdade, a junção de municípios. É uma espécie de retomada do passado, quando os municípios eram territorialmente muito grandes. Então, depois se dividiam nos municípios, se ampliou de uma forma extremamente importante, significativa, é sempre um assunto bom de tratar, a questão da existência dos municípios menores, que é uma forma de distribuir renda nesse país, não concentrar, ao contrário do que se diz dos municípios, mesmo aqueles menores, de não se sustentarem, muito antes, pelo contrário. Os municípios menores, inclusive, têm uma produção, muitas vezes, de uma ou de várias indústrias, que produzem recursos que são concentrados em Brasília e que nunca retornam nem um percentual ínfimo daquilo que se produz. Então, onde se produz o verdadeiro imposto e a verdadeira receita do poder público? Se produz no município. É ali onde estão as empresas e os prestadores de serviços, ou seja, os geradores de impostos. E não importa o tamanho do município, há muitos municípios pequenos que produzem muito, inclusive na própria agricultura, no agronegócio, há municípios pequenos que têm grandes indústrias. É claro que há municípios pequenos que não têm essa condição de poder gerar muito imposto, mas a maioria deles gera, só que esses impostos são concentrados em Brasília. E Brasília depois redistribui em forma de “mesada”, como muitos gestores e autoridades dizem. Essa “mesada” vai para os municípios menores, pagarem prefeito e vereadores, essa é a crítica. Só que não se paga só isso. A estrutura administrativa de um

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



município, ela consome entre 3% e 5% do orçamento, o restante vai para servidores que prestam serviços de saúde, educação, infraestrutura, que atendem a comunidade e resolvem os problemas locais. Então, estes valores que são dentro dos limites constitucionais dos 54% da receita, são para manter a estrutura de funcionamento do município e não depender do município-mãe ou da sede do município, caso fosse distrito, para que a sede mandasse eventualmente professores e servidores na área da saúde para trabalhar no posto, que teriam deslocamento e outros gastos, por exemplo. Então, a divisão territorial do município, ela é altamente positiva para o desenvolvimento das comunidades, inclusive mais distantes dos centros urbanos. É um grande acréscimo isso e se pega a renda nacional que é produzida por esses municípios também e se redistribui conforme seu tamanho e os critérios gerais de arrecadação e de produção, inclusive das receitas que elas são divididas por índices, conforme o tamanho do município e os critérios, ela recebe de volta aquilo que produz, mas nunca recebe de volta aquilo que efetivamente gera de impostos. Os consórcios têm o objetivo de poder executar, organizar e centralizar, inclusive no âmbito de decisões de âmbito regional, aquilo que seja de interesse comum dos seus associados. Então, é uma espécie de grande município, ou é uma espécie de micro governo regional, especificamente naquelas áreas de atuação dos consórcios, em que eles conseguem demandar, principalmente, os consórcios foram muito estimulados a partir de 2005, com a criação da Lei 11.107. Eles passaram a atuar de uma maneira muito forte, muito intensa na área da saúde, especialmente na aquisição de medicamentos. Quando se adquire medicamentos em grandes quantidades, é natural que os preços tenham uma significativa redução. E é o que os consórcios têm feito na área de medicamentos, de consultas, procedimentos na área da saúde e contratação de profissionais que trabalham mediante credenciamento. Então, tudo isso organizado com início na área da saúde algum tempo atrás, hoje está se ampliando para outras áreas, como aquisição de produtos, materiais e equipamentos em âmbito regional. Isso efetivamente tem barateado os custos e agilizado no próprio procedimento licitatório, inclusive, porque o consórcio faz o procedimento licitatório, que é demorado e complexo. Os municípios aproveitam aquele procedimento licitatório e aderem muitas vezes em atas de registro de preço e acabam adquirindo aqueles produtos que já foram licitados a um preço menor de mercado por conta da quantidade e do volume que é licitado.



COVATTI FILHO ASSUME O MAIOR PARTIDO DO RS

Novo presidente do Progressistas gaúcho promete modernizar o partido

Jennifer Nunes

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

AGORA SÓ FALTA O PIRATINI

No "álbum de figurinhas da família Covatti" todas as conquistas possíveis já foram realizadas, agora só falta o governo do Estado

O deputado federal Covatti Filho tomou posse como presidente do Progressistas gaúcho prometendo modernizar o partido. Após ter sido transferida em razão das fortes enchentes que atingiram o estado, a cerimônia, que foi interna, trouxe sobriedade e um discurso focado na modernização do Progressistas, um "novo modelo" que Covatti pretende implementar: plural, democrático e firme na defesa dos valores progressistas, mas olhando para o futuro.

O deputado federal reforçou que a presidência será conduzida com unidade e de forma compartilhada. Envolver os diretórios municipais e movimentos partidários com meritocracia, estabelecendo metas de filiação, com a ampliação dos cadastros partidários e serviços contábeis e jurídicos, promover eventos de formação política, capacitação eleitoral e, principalmente, aumentar e qualificar o uso da tecnologia e modernização da sede, foram pontos destacados pelo novo presidente progressista como compromissos da sua gestão. "Sem esquecer de onde viemos e mantendo a nossa raiz, precisamos atualizar a nossa atuação para os tempos em que vivemos, olhando para o que virá", reforçou.

A preparação para as eleições municipais de 2024 está entre as prioridades, segundo Covatti Filho — ao lado da valorização da identidade partidária para que o Progressistas amplie e confirme o seu espaço de destaque no cenário político do Rio Grande do Sul. Covatti também já avisou que, já nos próximos dias, vai procurar conversar com os líderes da "nova direita".

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

TODAS POR TODAS

Patrícia Alba destaca a relevância da participação das mulheres na política

Claudia Paulitsch

No período do Grande Expediente a deputada Patrícia Alba (MDB) falou sobre o tema "Outubro Rosa e a participação das mulheres", no Plenário Bento Gonçalves do Memorial do Legislativo. Ela fez uma reflexão sobre o papel da mulher na política e as consequências disso na vida de todos, destacando que a precária representatividade das mulheres nas instâncias de poder da vida pública impacta na concepção e execução de políticas voltadas para as mulheres. "A representação feminina na política ainda é insuficiente, deficitária, e impede o acesso a direitos e agrava a falta de políticas políticas", disse. Ela também ressaltou a relevância dos exames para o diagnóstico precoce da doença e os avanços conquistados a partir da força feminina na busca de direitos, bem como, mencionou a relevância de instituições que desenvolvem ações no enfrentamento ao câncer.

"Hoje, no Rio Grande do Sul, conseguir um diagnóstico precoce de câncer de mama e, consequentemente, aumentar as chances de cura, pode demorar até seis meses para mulheres que precisam fazer o tratamento pelo Sistema Único de Saúde. Isso que estamos falando de dois exames fundamentais para o diagnóstico do câncer de mama e que deveriam ser feitos o mais rápido possível, que são as mamografias e a biópsia", afirmou. A Lei estabelece o prazo de 30 dias para atendimento nos casos suspeitos, e até 60 dias para o início do tratamento, observou a deputada. Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer, para o ano de 2023 estima-se que o Rio Grande do Sul registre mais de 3,7 mil casos de neoplasia maligna da mama. Em 2022, foram 1.432 mortes de mulheres pela doença no Estado, apontou Patrícia.

Perante o cenário, a deputada se manifestou sobre a necessidade constante de cobranças para que as leis em favor das mulheres sejam respeitadas. "Seria o mesmo se o alvo dos benefícios fossem homens?", questionou. Em sua reflexão, concluiu que o caminho para as respostas e soluções é o fortalecimento da representação política. "E isso está acima das ideologias, porque uma mulher, uma vez empoderada, tem seu compromisso primeiro com as outras mulheres, aquelas sem voz nem vez", ponderou. Disse ainda que "as mulheres se orgulham sim da capacidade de dirigir instituições de caráter social, mas também têm condições de protagonismo de definição dessas políticas públicas, em todos os campos de ação". Além disso, citou o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher na Assembleia Legislativa e da Comissão de Saúde na Casa Parlamentar, que cobram recursos e efetivação das leis, assim como, o atendimento célere para enfrentar o avanço da doença.

MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Patrícia Alba relatou que embora as mulheres já correspondam a mais de metade da força de trabalho, em torno de 60%, elas ocupam menos de 20% dos cargos de direção. "Números divulgados em dezembro do ano passado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentro do estudo Mulheres líderes no setor público da América Latina e do Caribe, coloca o Brasil em posição inferior à da maioria dos vizinhos na região. Países como Argentina (40,7%), Colômbia (47,1%) e Costa Rica (53,5%) caminham, pelo menos à primeira vista,



FORTALECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
Em sua reflexão, concluiu que o caminho para as respostas e soluções é o fortalecimento da representação política. "E isso está acima das ideologias, porque uma mulher, uma vez empoderada, tem seu compromisso primeiro com as outras mulheres, aquelas sem voz nem vez"

para a paridade de gênero no setor público. Ainda de acordo com o estudo do BID, elas estão presentes nos cargos de liderança em setores específicos como

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



CELSO BENDER

Desenvolvimento Social, Educação, Saúde e Trabalho, alcançando 46% na América Latina", informou a deputada. Já em setores como Planejamento, Segurança, Relações Internacionais, Fazenda e Indústria e Comércio, por exemplo, o percentual cai para 38%. E no Brasil, esse percentual é ainda mais reduzido, 25,8% e 15,4% respectivamente, acrescentou.

As mulheres representam 53% do eleitorado brasileiro, "ainda assim, somente em torno de 15% das candidatas às eleições no Brasil foram eleitas no último pleito", frisou a parlamentar. De acordo com estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral, entre 2016 e 2022, a participação da mulher nas eleições brasileiras teve um aumento total de 2%, e o índice de eleitas registrou um incremento de 4%. Nas eleições de 2022, apenas 18% dos cargos políticos brasileiros foram representados pelo gênero feminino. "Somos a maioria, mas quase não temos representatividade na política nacional, estadual ou municipal. E queremos que nossos direitos sejam respeitados e que sejamos protegidas pela Justiça", declarou.

Em aparte falaram Stela Farias (PT), Luciana Genro (PSol), Kelly Moraes (PL), Eliana Bayer (Republicanos), Delegada Nadine (PSDB), Airton Artus (PDT), Silvana Covatti (PP), Elton Weber (PSB), Dr. Thiago Duarte (União) e Airton Lima (Podemos), que se somou em nome da Mesa Diretora. Participaram o coordenador de Relações Institucionais e Governamentais do Femama, Alexandre Ben Rodrigues; a diretora-geral do Imama, Rita Cunha e o presidente da Câmara de Vereadores de Gravataí, Alison Silva.

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ASSINA CONVÊNIO COM PROJETO OAB VAI À ESCOLA

Iniciativa prevê palestras e debates sobre cidadania e direitos humanos nas escolas estaduais

Texto: Diego da Costa/Ascom Seduc
Edição: Felipe Borges/Secom

Foi assinado, recentemente, um convênio da Secretaria da Educação (Seduc) com o projeto OAB vai à Escola, da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS). A ação pretende estimular a cultura da paz nas instituições de ensino, bem como incentivar que crianças, jovens e adultos busquem conhecimento sobre o exercício da cidadania, dos valores morais e sociais e das leis fundamentais do Estado Democrático de Direito.

> “Portanto, celebramos com alegria este convênio que irá agregar muito nas nossas escolas estaduais e nas comunidades escolares”
>
> **Raquel Teixeira**
> *Secretária de Educação do RS*

O projeto prevê palestras e debates realizados por advogados voluntários em sala de aula. Nesses encontros, os profissionais buscarão conscientizar os alunos das escolas públicas sobre a importância dos direitos humanos e dos direitos assegurados pela Constituição Federal.

DIEGO DA COSTA/ASCOM SEDUC



OAB E GOVERNO DO RS
O presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, e a secretária da Educação, Raquel Teixeira, firmaram o documento que oficializa a parceria: o projeto prevê palestras e debates realizados por advogados voluntários em sala de aula. Nesses encontros, os profissionais buscarão conscientizar os alunos das escolas públicas sobre a importância dos direitos humanos e dos direitos assegurados pela Constituição Federal

“A OAB é uma das instituições democráticas mais respeitadas deste país e realiza um grandioso trabalho com os estudantes para que compreendam e executem, na prática, os preceitos da carta magna brasileira. Portanto, celebramos com alegria este convênio que irá agregar muito nas nossas escolas estaduais e nas comunidades escolares”, destaca a titular da Seduc, Raquel Teixeira, que assinou o convênio.

“O OAB vai à Escola é um trabalho que se comunica com todas as ações executadas dentro do órgão e leva, para as instituições escolares, todo o entendimento de nossa constituição cidadã e de seus princípios básicos para a formação do indivíduo e do país”, afirma o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

em evidência 13 anos e KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA

Apresentam:

EM EVIDÊNCIA NA TV

com Cláudio Andrade

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.

Todos os sábados e domingos, às **19:00h**



rdc tv #ORioGrandeSeConectaAqui

Canais **24** e **524** da Claro Net

rdctvdigital

Apoio:

CDP DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA

SICOOB Credicapital



COMPACT GATE

SISTEMA COMPLETO DE ACESSO SEM CONTATO FÍSICO

- Reconhecimento facial
- Detecção de temperatura
- Identificação do uso de máscara

DIMEP SISTEMAS

Fone: 0800-6661000 | 51-99176-3993

www.dimep.com.br

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

QUEM FAZ, ESTÁ EM EVIDÊNCIA!

Confira quem são as pessoas que estão fazendo o Rio Grande acontecer, através das lentes do fotógrafo da Revista Em Evidência, Chico Pinheyro

Jennifer Nunes



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

LUIZ CARLOS BOHN
O incansável presidente do Sistema Fecomércio, que em 2023, percorreu quase todo o RS, compartilhando sua sabedoria e experiência entre seus pares

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



CLÁUDIO LAMACHIA
O único gaúcho a assumir a OAB Nacional, prestigia a edição em que o irmão foi destaque principal



FÁTIMA DAUDT
A beleza e simpatia da prefeita que mais fez pelo povo de Novo Hamburgo

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

PROGRESSISTAS UNIDOS
Vilson Covatti e o amigo Celso Bernardi, durante a posse de Covatti Filho no Progresistas RS



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



PROGRESSISTAS UNIDOS II
Ernani Polo recebe o carinho do deputado federal, Pedro Westphalen, durante encontro recente

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



EMEDEBISTAS JUNTOS
Os secretários de Estado, Juvir Costella e Beto Fantinel com o prefeito de Restinga Sêca, Paulinho Salerno



ENCONTRO DE GRANDES
O vice-presidente e diretor de Operações do BRDE, Ranolfo Vieira Júnior e o presidente da ALRS, Vilmar Zanchin, durante evento da Famurs

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

ESPECIAL

MUNICÍPIOS QUE AVANÇAM

Conheça as iniciativas inovadoras de lideranças que estão elevando municípios gaúchos a novos patamares de desenvolvimento e qualidade de vida. Com responsabilidade e criatividade, esses prefeitos implementam soluções simples, mas eficazes, que podem se tornar referência em gestão pública



74 Venâncio Aires: perspectivas de avanço
Aliando inovações do mercado e administração pública, a cidade esboça uma trajetória rumo à prosperidade

76 Longe de tudo, perto de nós
Opinião de Wellington Bacello, prefeito de Santa Vitória do Palmar

79 Pântano Grande aos 36 Anos: Escrevendo um Novo Capítulo
Com seu slogan "todos os caminhos te conduzem a Pântano Grande," a cidade exemplifica como sua posição geográfica e o espírito comunitário impulsionam o desenvolvimento

85 Diego Dal Piva da Luz, prefeito de Parobé
O gestor Diego Dal Piva da Luz se sobressai ao conduzir uma administração que prioriza educação, saúde e mobilidade eficaz para a população de Parobé

91 Transformações Urbanas em Andamento
Desde a infraestrutura viária até os serviços de saúde, Santo Antônio da Patrulha passa por significativas renovações

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

VENÂNCIO AIRES: UM OLHAR SOBRE O PROGRESSO

Com iniciativas inovadoras do setor privado e da gestão pública, a cidade traça um caminho de prosperidade

Daiane Nervo

Situada no coração do Rio Grande do Sul, Venâncio Aires tem emergido como um exemplo de dedicação ao desenvolvimento e ao bem-estar de sua comunidade. Com uma população de aproximadamente 70 mil habitantes, Venâncio Aires se destaca como um centro de referência na região. Sua economia diversificada inclui agricultura, comércio, indústria e serviços. A cidade é famosa por sua produção agrícola, especialmente de tabaco e milho, que desempenham um papel importante na economia local. Além disso, a indústria moveleira também é um pilar econômico significativo, com empresas locais se destacando no mercado nacional.

O setor econômico está em constante crescimento, apresentando um cenário diversificado, com 7.589 empresas ativas em outubro de 2023, o que representa um aumento de 47,26%, quando no mesmo período de 2021, haviam 5.152 empresas ativas. Deste total, 3.105 são Microempreendedores Individuais (MEIs). Essa expansão não apenas gera empregos, mas também fortalece a economia local. A conquista do Selo Arte pela Casa do Mel Schwendler é um testemunho das oportunidades econômicas em expansão na cidade. Além disso, Venâncio Aires tem trabalhado ativamente para se estabelecer como um "Polo de Proteína Animal". A cidade ocupa a segunda posição no ranking estadual em abate de carne nos frigoríficos locais.

Com 65 metros de altura, a Igreja Matriz São Sebastião Mártir é o coração da cidade. Podendo ser vista de longe, ela prende o olhar de todos que a veem. Ocupando um quarteirão, no Centro da cidade, o templo é rodeado por um jardim. O prédio religioso, que é o 2º maior no estilo neogótico da América Latina, acompanha o desenvolvimento da cidade com a construção iniciada em 1929.

Reconhecida como a Capital Nacional do Chimarrão, Venâncio Aires abriga a Rota do Chimarrão, composta por empreendimentos que fazem parte da Associação de Turismo Rural Rota do Chimarrão (Aturrchim), atraindo visitantes e excursões com pessoas que querem aprender mais sobre o turismo local. Esse passeio típico da cultura gaúcha preserva a herança da colonização alemã e oferece a oportunidade de explorar arquitetura histórica, gastronomia e belezas naturais, como vales e ervais. A Rota do Chimarrão também proporciona experiências culturais únicas, como visitas a flo-



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



FOTOS: SECOM/PMVA

Reconhecida como a Capital Nacional do Chimarrão, Venâncio Aires abriga a Rota do Chimarrão, composta por empreendimentos que fazem parte da Associação de Turismo Rural Rota do Chimarrão (Aturrchim), atraindo visitantes e excursões com pessoas que querem aprender mais sobre o turismo local

riculturas, agroindústrias, restaurantes, balneários e locais de artesanato, além de destinos de turismo religioso. A Festa Nacional do Chimarrão, a Fenachim, é uma festividade que ocorre no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul - Brasil. A festa que tem em sua essência destacar a cultura da erva-mate e o tradicional hábito gaúcho do chimarrão, ocorre no mês de maio, de dois em dois anos, potencializando a economia, o turismo e o desenvolvimento da cidade do interior do estado gaúcho.

A cidade também valoriza o esporte e o lazer. Venâncio possui uma infraestrutura esportiva de alta qualidade, incluindo campos de futebol, ginásios e clubes esportivos. O futebol é uma paixão local, e a cidade tem seu próprio clube, o Guarani Esporte Clube, que compete nas ligas regionais. No fim de semana, o Parque do Chimarrão é um ponto de encontro para atividades da comunidade, sendo sede de diversos eventos importantes para o município, como a Fenachim, rodeios e esportes.

A educação é uma prioridade em Venâncio Aires, com diversas instituições de ensino, incluindo escolas de ensino fundamental e médio, bem como uma unidade da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que oferece oportunidades de ensino superior para os jovens da região.

> “O setor econômico está em constante crescimento, apresentando um cenário diversificado, com 7.589 empresas ativas em outubro de 2023, o que representa um aumento de 47,26%, quando no mesmo período de 2021, haviam 5.152 empresas ativas”

A saúde também é bem atendida, com o Hospital São Sebastião Mártir e também com postos e clínicas de qualidade, garantindo atendimento médico para a população. A segurança pública é mantida pela atuação da Defesa Civil e Brigada Militar, proporcionando tranquilidade aos cidadãos.

Venâncio Aires é uma cidade que combina tradição e progresso. Ela celebra suas raízes alemãs, ao mesmo tempo, em que abraça o futuro com uma economia diversificada. Para quem está em busca de uma experiência rica em cultura e oportunidades, Venâncio Aires é um lugar que merece ser explorado. ■

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

LONGE DE TUDO, PERTO DE NÓS

LUCAS SPOHR



WELLINGTON BACELO
Prefeito de Santa Vitória do Palmar

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “(...) somado à lonjura que nos impõe a geografia, é também um elemento territorial: o nosso tamanho. Somos o quarto maior município gaúcho em extensão, com 5.244 quilômetros quadrados. Vejam que paradoxo: estamos longe de tudo, mas precisamos estar perto de nós. Há agrovilas que estão 100 km distantes do centro urbano. Nessa longitude, a interferência da prefeitura se torna ainda mais necessária”

Ser prefeito de uma cidade fronteiriça é um extraordinário desafio. Uma experiência sui generis e de emancipação à liderança, eu confesso. Santa Vitória do Palmar fica na demarcação com o Uruguai, no ventoso Extremo-Sul do estado. Outro obstáculo, somado à lonjura que nos impõe a geografia, é também um elemento territorial: o nosso tamanho. Somos o quarto maior município gaúcho em extensão, com 5.244 quilômetros quadrados. Vejam que paradoxo: estamos longe de tudo, mas precisamos estar perto de nós. Há agrovilas que estão a 100 km distantes do centro urbano. Nessa longitude, a interferência da prefeitura se torna ainda mais necessária.

Tais fatos escancaram muitos gargalos, mas não nos fazem recuar ou desanimar, ao contrário: problemas hão de ser vencidos com trabalho. E estamos superando. Vejam que dilema: nossos pacientes de hemodiálise, a cada dois dias, precisam percorrer 480 km em um trajeto de ida e volta até o município de Rio Grande para receber tratamento. Uma verdadeira saga pela vida. Inconformados, unimos forças e recursos para resolver essa dor. Estamos investindo R$ 1,8 milhão para implementação do serviço e R$ 70 mil mensais para a sua manutenção. A cidade está engajada nessa luta.

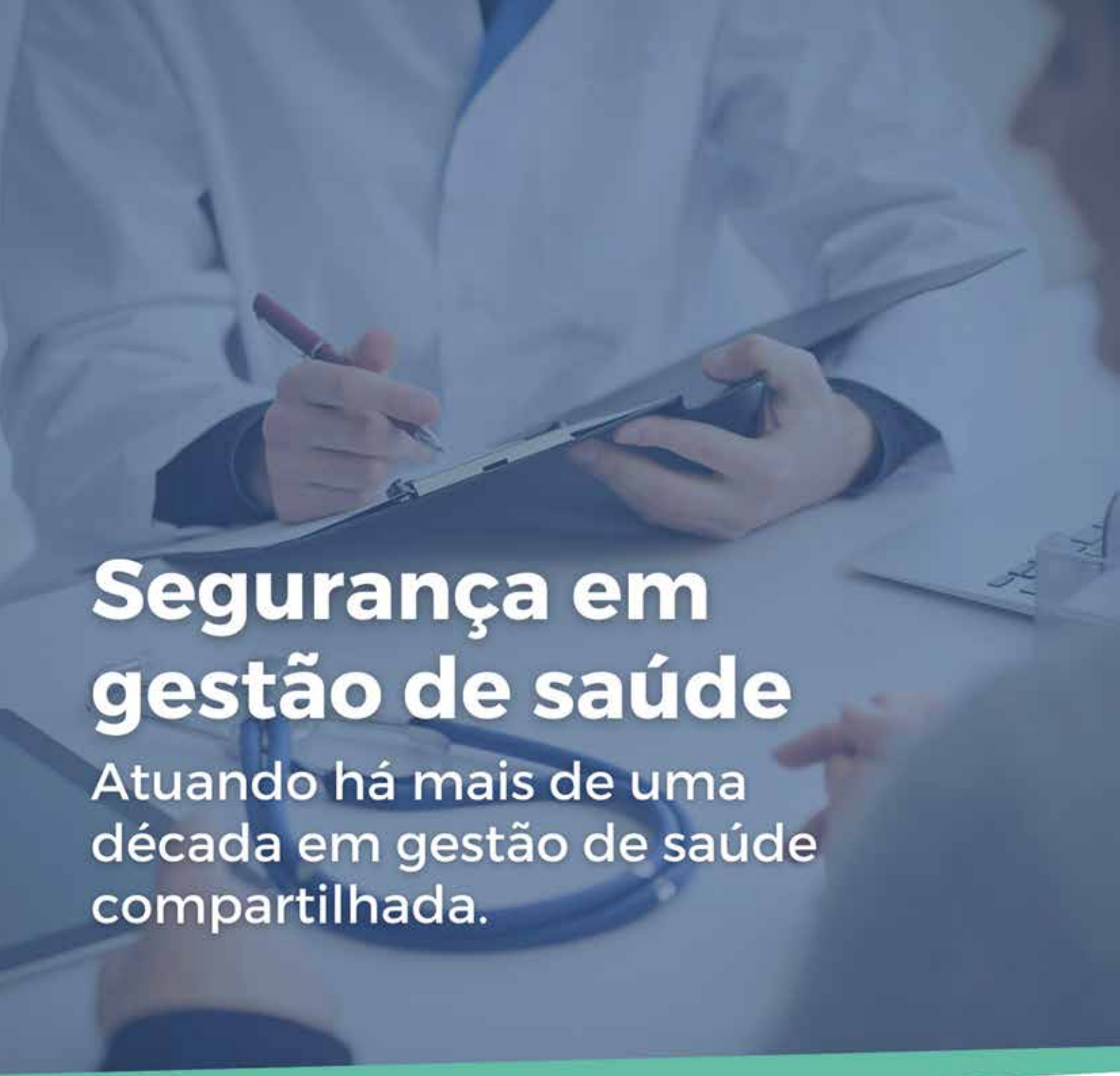
Na área da educação, nossas escolas estão, na grande maioria, esparramadas. Para chegar no educandário mais distante, leva-se quase uma hora no deslocamento. Por isso, estamos capacitando 100% de profissionais em primeiros-socorros, em cumprimento à Lei Lucas. Em Santa Vitória do Palmar, esperar não pode ser uma opção.

Você deve estar se perguntando como conseguimos manter as estradas do interior de um município desse tamanho em bom estado. Como prefeito reeleito, há sete anos tenho buscado resolver essa equação. Investimos pesadamente na frota de máquinas, estabelecemos um calendário otimizado para a realização de obras e contamos com a solidariedade da sociedade. No passado, as estradas eram intransitáveis. Hoje, embora nem todas estejam perfeitamente asfaltadas, todas estão em condições de tráfego.

A distância também afeta ações integradas entre municípios, comprometendo a lógica de parceria e cooperação regional. Na prática, precisamos enfrentar dificuldades e encontrar soluções localmente. Foi assim com a criação do Centro para Autistas, aberto há um ano, que atende uma demanda significativa e tem ajudado dezenas de famílias. É assim também com as ações voltadas para idosos: contamos com uma piscina municipal para práticas fisioterapêuticas e, recentemente, lançamos um lar que acolhe diariamente pessoas com mais de 60 anos, um modelo assistencial consolidado na Europa, que é como uma creche (um afetuoso apelido).

Se enfrentamos tempestades durante essa jornada, também há um sopro de união para realizações de vanguarda. E essa ventania de transformação faz sentido, pois estamos em um dos maiores parques eólicos da América Latina. A energia renovável está no DNA de Santa Vitória do Palmar, assim como o nosso entendimento de onde estamos e para onde estamos indo. Não é à toa que somos conhecidos como a Cidade dos Faróis. Olhos atentos a isso: aos sonhos e às dores dos Mergulhões – eis o nosso verdadeiro farol.

Quem faz, está **Em Evidência.**
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE:
51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência



Segurança em gestão de saúde

Atuando há mais de uma década em gestão de saúde compartilhada.

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade

Acesse o site e saiba mais!

R. Des. Esperidião de Lima Medeiros, 168 Bairro Três Figueiras
Porto Alegre/RS | (51) 3388-6189 - (51) 3388-6199
licitacao@institutomasper.com.br | institutomasper.com.br

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

PANTANO GRANDE, 36 ANOS: CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

A cidade, com seu lema de "todos os caminhos te levam a Pantano Grande", é um exemplo vivo do aproveitamento de sua localização estratégica para o desenvolvimento e do calor de sua comunidade acolhedora

Fernando Franco

No último dia 20 de setembro, Pantano Grande celebrou com entusiasmo seu trigésimo sexto aniversário. Uma data que não apenas marca o passar do tempo, mas também simboliza uma jornada constante de crescimento, evolução e determinação. Situado na entrada do Pampa Gaúcho, a 120km da Capital e 270 km do Porto de Rio Grande, Pantano Grande é o ponto de convergência das rodovias BR-290 e BR-471. Essa posição geográfica singular faz da cidade um centro vital na logística de transporte de mercadorias, conectando rotas que se estendem a diversos países. Além disso, ela se torna um ponto de parada fundamental para turistas vindos de todas as partes do estado e nações vizinhas.

A área territorial do município abrange 856,6 km² e é repleta de diversi-



SECOM/PMPG

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

SECOM/PMPG



PANTANO GRANDE, 36 ANOS
Pantano Grande está, sem dúvida, construindo uma nova história, baseada na determinação de seu povo e no desejo de um futuro ainda mais próspero. O município celebra 36 anos olhando para o horizonte com otimismo, sabendo que seu potencial é tão vasto quanto seu coração acolhedor. Na foto, o prefeito da cidade, Mano Paganotto, durantes as celebrações do aniversário do município

dade econômica e cultural. O subsolo abriga riquezas como jazidas de calcário, caulim, xisto betuminoso e barro refratário, que é exportado para a Europa, solidificando a posição de Pantano Grande como um dos principais exportadores de matérias-primas. Além disso, a economia local se baseia na extração de eucalipto, atividades agropecuárias e grandes cooperativas de grãos, bem como no setor financeiro, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento da cidade e da região.

Ao longo do ano, Pantano Grande brilha com uma variedade de eventos de diferentes tamanhos que atraem pessoas de todas as partes. A Extracoop, a Festa do Cavalo e o Natal Brilha Pantano são apenas alguns exemplos de como a cidade oferece um convite ao turismo e contribui para o fortalecimento de sua economia.

Além disso, o Executivo Municipal de Pantano Grande demonstra orgulho de suas raízes e tradições e nutre uma firme crença no potencial de sua comunidade. Como parte desse compromisso, investimentos significativos estão sendo feitos em áreas cruciais, como a geração de empregos, a educação, a saúde e a infraestrutura. Pantano Grande está, sem dúvida, construindo uma nova história, baseada na determinação de seu povo e no desejo de um futuro ainda mais próspero. O município celebra 36 anos olhando para o horizonte com otimismo, sabendo que seu potencial é tão vasto quanto seu coração acolhedor.

MAIS EMPREGOS: MAIS OPORTUNIDADES PARA TODOS OS PANTANENSES

Focando em acelerar o desenvolvimento de Pantano Grande, o governo municipal, sob a liderança do prefeito Mano Paganotto e do vice-prefeito Juninho Pires, está empenhado em criar novas oportunidades de emprego e renda para toda a comunidade. Uma das iniciativas que ganha destaque é a expansão do setor calçadista no município, por meio da parceria com o Atelier da Calçados Beira Rio, representado pela empresa Andrey Calçados. Esta colaboração promete

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

abrir as portas para até 240 empregos diretos, com foco especial nas mulheres da região.

A construção do prédio que abrigará a empresa no município representa um investimento significativo, com mais de R$ 4 milhões através da prefeitura municipal. A obra está sob a responsabilidade da empresa pantanense Estruturas Ellwanger e ocupará uma área total de 2842m². O espaço está sendo cuidadosamente projetado para atender às necessidades da empresa calçadista, visando a implantação de uma linha completa de produção.

Os incentivos municipais que viabilizaram a instalação do Atelier em Pantano Grande foram aprovados por unanimidade na Câmara de Vereadores, por meio do Projeto de Lei 014/2023. Essa aprovação reflete o reconhecimento dos benefícios econômicos e sociais que o empreendimento trará para a região. Além de fortalecer o mercado local, a iniciativa promete impulsionar a geração de empregos, beneficiando diretamente os moradores.

O prefeito Mano Paganotto destacou a importância desse projeto para a economia local e a região como um todo. Ele vê essa iniciativa como um impulso significativo para o desenvolvimento socioeconômico de Pantano Grande, que também poderá atrair novos investimentos em diversas áreas. Segundo o prefeito, "Em breve, celebraremos uma nova era para o setor calçadista e a geração de emprego e renda para o povo de Pantano Grande".

A representante do Atelier da Calçados Beira Rio, empresa Andrey Calçados, tem planos de iniciar as operações no município até o final de 2023. Durante o mês de setembro, a empresa já recebeu mais de 400 cur-



SECOM/PMPG

NOVA UNIDADE DA ESF/PANTANO GRANDE
Secretária Estadual da Saúde, Arita Bergmann discursa durante a inauguração: o município saltou de 1,92 pontos para 7,84 no índice de desempenho, de acordo com o Ministério da Saúde, um feito impressionante que reflete o comprometimento dos profissionais de saúde locais

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

SECOM/PMPG



INDÚSTRIA

Uma das iniciativas que ganha destaque é a expansão do setor calçadista no município, por meio da parceria com o Atelier da Calçados Beira Rio, representado pela empresa Andrey Calçados. Esta colaboração promete abrir as portas para até 240 empregos diretos, com foco especial nas mulheres da região

rículos de interessados nas vagas de emprego. Além disso, os primeiros funcionários já foram contratados e estão recebendo treinamento na unidade de Candelária-RS.

A parceria entre o governo municipal de Pantano Grande e o Atelier da Calçados Beira Rio é um exemplo claro de como a união de esforços pode resultar em oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento social. A comunidade pantanense pode, com razão, aguardar com otimismo a inauguração deste grande empreendimento.

PANTANO GRANDE INAUGURA POLO UNIVERSITÁRIO DA UNISC E AMPLIA ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em um marco histórico para a cidade de Pantano Grande, a administração municipal, comprometida com o desenvolvimento educacional do município, concretizou a inauguração de um Polo da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Cerimônia de Abertura das Matrículas dos Cursos Técnicos da UNISC em Pantano Grande ocorreu no dia 9 de outubro e marca mais um passo significativo no acesso à educação superior para os estudantes locais.

A iniciativa foi amplamente celebrada pela comunidade e autoridades presentes. A vice-reitora da UNISC, professora Andréia Valim, ressaltou durante o

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

evento a importância desse novo polo educacional e parabenizou a administração municipal por seus esforços em investir constantes na educação, sendo uma referência em toda a região.

O prefeito Mano Paganotto também expressou sua satisfação em ver o projeto do Polo Universitário se tornar realidade. Ele enfatizou o compromisso de sua administração em proporcionar às futuras gerações de pantanenses a oportunidade de acesso à educação de qualidade.

As matrículas para os cursos técnicos já estão abertas no site da UNISC, e as aulas estão programadas para iniciar em 26 de fevereiro de 2024, seguindo o calendário da instituição. Inicialmente, serão oferecidos três cursos técnicos: Técnico em Enfermagem, Técnico em Agropecuária e Técnico em Vendas. As aulas serão realizadas de forma presencial, na Escola Municipal Sotero Herminio Frantz, no turno da noite.

Com essa iniciativa, Pantano Grande abre novas oportunidades para seus habitantes, promovendo o crescimento educacional e profissional da comunidade. O Polo Universitário da UNISC representa um passo importante na construção de um futuro mais promissor e desenvolvido para o município e toda a região.

GRANDES INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO DE PANTANO GRANDE

Passo a passo, a Prefeitura de Pantano Grande está transformando a realidade educacional do município. Com uma série de ações e significativos aportes financeiros, a educação local ganha destaque no cenário nacional, refletido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que mede a qualidade da educação no Brasil. Segundo dados do Vale do Rio Pardo, o município alcançou a quinta melhor média nos Anos Iniciais e uma impressionante segunda posição nos Anos Finais.

Um dos marcos desses avanços é a distribuição de materiais escolares a todos os alunos da rede municipal de ensino. Foram fornecidas 1.400 mochilas e estojos personalizados, em um investimento que superou a marca de R$ 175 mil. Além disso, cada estudante recebeu um kit especial de uniforme escolar, totalizando mais de 17 mil peças, com um investimento aproximado de R$ 500 mil.

Para promover a inclusão digital, cada aluno do 6º ao 9º ano foi agraciado com um Chromebook, somando 550 unidades, em um investimento de mais de um milhão de reais. As escolas municipais também receberam 50 novos quadros brancos e, de forma inovadora, todos os professores da Rede Municipal de Ensino foram contemplados com notebooks de última geração da marca Dell. Além disso, foi garantido o pagamento retroativo do Piso Salarial Nacional aos educadores.

A inovação estende-se ao transporte escolar, com manutenção e revisão de todos os veículos e a presença constante de monitores para os alunos das escolas municipais. A Prefeitura foi além e subsidiou 100% do transporte para o ensino médio, além de um passo inédito: também para o ensino universitário, tornando-se referência na região e no estado.

O município também se prepara para inaugurar a EMEI Sonho de Criança, em outubro deste ano. Este projeto, com um investimento de mais de 3 milhões de reais por meio do Governo Federal, irá suprir a demanda de vagas na educação infantil. Além disso, oferecerá horários ampliados de atendimento às crianças, permitindo que pais e responsáveis conciliem o horário de trabalho com o cuidado de seus filhos.

O prefeito enfatiza que "investir em nossa educação é a chave para construir um futuro melhor para nosso município. Uma cidade pequena, mas que pensa grande e age de maneira grandiosa em prol de todos os pantanenses." Com tais ações e investimentos, Pantano Grande está pavimentando o caminho para um futuro educacional mais brilhante e promissor.

AVANÇOS NA SAÚDE DE PANTANO GRANDE: COMPROMISSO E DEDICAÇÃO

O município de Pantano Grande, sob a liderança do prefeito Mano Paganotto e do vice-prefeito Juninho Pires, tem se destacado por seu compromisso incansável com a saúde de seus cida-



CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

SECOM/PMPG



POLO UNIVERSITÁRIO

Em um marco histórico para a cidade de Pantano Grande, a administração municipal, comprometida com o desenvolvimento educacional do município, concretizou a inauguração de um Polo da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

dãos. Uma série de ações inovadoras e esforços coletivos levaram Pantano Grande a alcançar um novo patamar no cuidado com sua população.

Um dos feitos mais notáveis foi a renovação da frota de transporte de pacientes da cidade e do interior, o que resultou em uma melhoria significativa na acessibilidade aos serviços de saúde. Mas os avanços não pararam por aí. O município saltou de 1,92 pontos para 7,84 no índice de desempenho, de acordo com o Ministério da Saúde, um feito impressionante que reflete o comprometimento dos profissionais de saúde locais.

Além disso, os atendimentos de especialidades médicas foram ampliados, e os procedimentos, consultas e exames passaram a ser priorizados para atender a todas as necessidades dos moradores de Pantano Grande.

Em mais um importante marco na busca por uma saúde de qualidade, Pantano Grande celebrou, no início de outubro, a entrega oficial da reforma e ampliação do Posto de Saúde do Bairro Vila Nova. O evento contou com a presença da ilustre Secretária Estadual da Saúde, Arita Bergmann, e sua equipe, que se uniram às autoridades locais e à comunidade para comemorar esse passo significativo na área da saúde pública.

A obra, inicialmente orçada em R$ 355 mil reais, contou com o apoio do governo do Estado do Rio Grande do Sul, além de um aditivo de R$ 87 mil reais proveniente do Executivo Municipal. O investimento total de quase meio milhão de reais beneficiará diretamente toda a população de Pantano Grande, com um enfoque especial no maior bairro da cidade.

Outro destaque desse mês de outubro foi a conclusão da reforma do prédio da Farmácia Básica Municipal de Pantano Grande, com um investimento de mais de R$ 60 mil reais. Essa ação visa oferecer um atendimento de maior qualidade aos cidadãos. Além disso, o Executivo Municipal apresentou o projeto inovador da Farmácia Móvel, destinada a atender principalmente os moradores do interior do município.

Essas iniciativas são apenas algumas evidências do compromisso do governo municipal em superar desafios e construir uma nova história para todos os pantanenses. Pantano Grande demonstra que, com liderança dedicada e o apoio da comunidade, é possível alcançar melhorias significativas na área da saúde, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



EM EVIDÊNCIA NA TV MUNICÍPIOS QUE AVANÇAM

DIEGO DAL PIVA DA LUZ
PREFEITO DE PAROBÉ

O prefeito Diego Dal Piva da Luz, destaca-se por liderar uma gestão exemplar, garantindo educação, saúde e transporte de qualidade para os cidadãos de Parobé

Entevista: Patrícia Cruz e Cláudio Andrade
Edição e introduçao: Patrícia Cruz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

Imagine morar numa cidade onde o transporte público é gratuito e de qualidade. As empresas podem crescer com o incentivo da Prefeitura. Todas as crianças possuem vagas nas escolas e creches. No contraturno, elas fazem diversas atividades como reforço escolar, aulas de música, robótica, teatro, cultura gaúcha e futebol. A saúde e a segurança possuem uma atenção especial com um alto investimento. Parece um sonho, mas não é, esse município existe no Vale do Paranhana e fica a menos de 80 km de Porto Alegre. Parobé é uma ótima cidade para morar, com muita qualidade de vida para os seus munícipes. Recentemente, o prefeito Diego Dal Piva da Luz conversou com o Em Evidência na TV (sábados, às 19 horas, na RDC TV e no YouTube @RevistaEmEvidencia) e contou para os telespectadores do programa sobre a sua gestão de sucesso na cidade que é referência em governança eficaz. Confira a seguir alguns trechos dessa entrevista

Quais as vantagens do programa Tarifa Zero no transporte público, para o município de Parobé?

É um projeto inovador, pois no Rio Grande do Sul somos pioneiros, ou seja, Parobé é a única cidade que tem transporte público gratuito para toda a comunidade no estado. Nós tínhamos um transporte precário, no sentido jurídico e material, os ônibus eram muito ruins, era um problema histórico, havia um expediente do Ministério Público, o órgão de fiscalização cobrando. Eu sou muito curioso e sempre na busca de desafios, comecei a pesquisar alguns países que modernizaram o transporte público, como Luxemburgo, numa parte da Bélgica e, também, buscamos dentro do Brasil uma cidade do mesmo tamanho e realidade que a nossa, como Vargem Grande Paulista. Lá, podemos ver um jeito de fazer esse transporte público e trouxemos para cá de uma maneira um pouco diferente, porque em Vargem Grande Paulista se cobra uma taxa dos empresários. No avião, vindo de São Paulo, eu ainda falei para o pessoal que foi junto comigo que não podíamos criar um tributo novo, pois a carga tributária já é muito grande. Nós conseguimos colocar em prática uma frota de ônibus com ar-condicionado e acessibilidade, com total gratuidade para a nossa comunidade. Sem cadastro prévio, é só chegar na parada de ônibus, pedir para ele parar e pegar o transporte. Nós fechamos um ano desse projeto em março. O nosso papel foi organizar os recursos do município, porque não vem nenhum tipo de custeio estadual ou federal. Existe também uma novidade no município, que é o aplicativo Teu Ônibus, onde você pode selecionar a parada para tomar o ônibus e ali ele vai comunicar como nos aplicativos de transporte, tipo o Uber, por exemplo, dando o tempo estimado do ônibus chegar até a sua parada. Então, você só vai para a parada no momento de pegar o transporte. Ali também tem todas as informações dos horários, enfim, tudo que é referente ao Tarifa Zero está nesse aplicativo, que é totalmente gratuito.

De que forma a Prefeitura utiliza o Complexo Esportivo Azaleia?

Nós vivemos em um novo momento, na pandemia foi um recesso muito grande em relação às festividades. Nós voltamos numa tocada muito boa, comemoramos agora os 41 anos da nossa cidade, através do Festejando Parobé, fizemos três dias de rodeio com show nacional. Ano passado, teve o do Leonardo e, esse ano, Henrique e Juliano, com cerca de 30 mil pessoas. Nós tivemos a Festa da Melancia em janeiro também. A prefeitura alugou esse parque para essas festas. Nesse mesmo local tem um contraturno nos pavilhões ao lado, com mais de 500 crianças atendidas. A criança estuda de manhã, o ônibus a pega, larga no Instituto, lá ela almoça, de tarde tem reforço escolar de música, robótica, teatro e cultura gaúcha. Nós fazemos também os campeonatos de futebol. É bom para a Associação Azaleia, que estava com um espaço ocioso e é bom para o município também, que de uma forma acessível consegue usar para várias ações aquele espaço.

Qual foi o saldo da 6ª Feira de Iniciação Científica de Parobé, com destaque para a 1ª Olimpíada de Robótica?

Nós entendemos que a educação, junto com o bem-estar das nossas crianças, é o nosso objetivo principal, trabalhamos muito o cuidado com as crianças, evitando o abuso e a exploração infantil, uma coisa que acontece e deve ser falada. O cuidado começa com a merenda de qualidade. A parte pedagógica que é com os professores e com a Secretaria de Educação, mantém uma estrutura muito boa. Dentro dessa estrutura buscamos estimular a questão do livro. A área tecnológica anda de maneira paralela, tanto que todas as crianças da Rede Escolar Municipal, quando têm algum tipo de aula de informática, elas usam um Chromebook e cada uma tem o seu. Ela não precisa dividir com o colega. Nós compramos material de robótica para todas as escolas. Elas

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

aprendem matemática, português e todas as disciplinas, usando a robótica como um meio para tornar aquela disciplina mais didática. Nós temos um Espaço Maker, que é um trailer que passa em todas as escolas onde as crianças podem explorar. Então, a Feira de Iniciação Científica, ela estimula isso e, nesse ano, tivemos a 1ª Olimpíada de Robótica, que teve um saldo muito positivo, mais de 3.500 crianças passaram pela feira. É muito legal vermos as crianças envolvidas, com o olhar fascinado, pois sabemos que elas gostam de tecnologia.

> A política só atinge o plano da eficácia quando de fato ela muda a vida das pessoas. A administração pública não pode ter o fim em si mesmo, é um sentimento que eu tinha como cidadão, que muitas vezes você paga o tributo e ele não volta em benefícios para a comunidade

Quais foram as maiores obras da sua atual gestão?

A nossa gestão e digo nossa, porque eu sou mais um da equipe. A nossa equipe é qualificada, eu não escolhi os secretários por partido político, eles são técnicos. Nós administramos a Prefeitura como uma empresa e o resultado disso tudo são as três maiores obras da história da cidade. Nós estamos com três anos e pouco de mandato e todas foram feitas na nossa gestão. Foi realizada uma obra de aproximadamente 12 milhões de reais, que liga a sede da cidade ao Distrito do Pinhal, que o pessoal pedia e que aproximou economicamente o Distrito do Centro da cidade. Fizemos também o asfalto da Areia Branca e a iluminação de LED, nós possuímos 97% da cidade iluminada com lâmpadas de LED. Somos referência no estado também por termos a mesma iluminação na rodovia. É uma obrigação do Estado, mas antes de ser prefeito, eu sou um cidadão e morador de Parobé. Eu vi muitas pessoas perderem seus entes queridos, perdi amigos na rodovia por falta de iluminação. Então, fizemos a instalação de LED na RS-239. A economia que o LED te dá, ela paga o investimento.

Como está o projeto de revitalização e ampliação dos espaços de lazer na cidade?

Nós trabalhamos a estruturação, fizemos um trabalho macro na pandemia, cuidando da saúde, entregamos cinco novos Postos de Saúde para a nossa comunidade. Primeiro cuidamos daquilo que era prioridade, como saúde e infraestrutura. Agora estamos indo para a área de lazer. Nós estamos fazendo a reforma de mais de 20 pracinhas e possuímos esse projeto de revitalização dos espaços de lazer. Nós queremos começar ainda neste ano reformas de espaços maiores. Na Vila Feliz, nós vamos fazer uma revitalização muito grande com quadra de futebol Society, pista de caminhada, academia ao ar livre e pracinha. Todos os espaços que fazemos são voltados para a família. Será um investimento de aproximadamente um milhão de reais. Nós vamos fazer essa revitalização também no Bairro Laranjeiras, um investimento um pouco maior de um milhão e meio de reais. Isso também acontecerá no Bairro Jardim, atrás da Escola Getúlio Dornelles Vargas, no horário de aula, as crianças vão usar esse espaço. Fechando a escola, nós fechamos o portão que dá acesso da escola e abrimos o que dá para a rua, onde a comunidade pode usar esse espaço até às 11 horas da noite. Também revitalizamos a praça do Bairro Nova Parobé. Pretendemos renovar a entrada do nosso município e o Bairro Alexandria. Nós estamos dobrando o tamanho da rua coberta, onde acontecem algumas atividades como a Feira do Peixe, a Festa da Melancia e a Feira do Livro. Vou fazer toda a revitalização da Praça Central da cidade. Então, será investido quase dois milhões de reais. O investimento maior, que é na faixa de três a quatro milhões de reais, que queremos começar esse ano também, é o Parque do Festejando Parobé. Ele é o maior parque da cidade, tem um campo de futebol onze, pista de atletismo e estrutura para os grandes eventos acontecerem. Nós queremos neste ano fazer um investimento ali, que vai deixar um espaço de primeiro mundo, com quadras de futebol Society, grama, Beach Tennis e futsal. Vamos fazer a concessão para a iniciativa privada poder vender alimentação para a comunidade. Será um espaço totalmente iluminado e com segurança. Nós vamos tirar todos os muros para a comunidade enxergar para dentro, porque o espaço público tem que ser para a família. Nós queremos entregar o espaço pronto até o fim do ano que vem.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, Parobé teve o maior saldo positivo na geração de empregos no primeiro semestre de 2023 entre os municípios do Vale do Paranhana. Quais incentivos a Prefeitura concedeu para alcançar essa marca?

Numa administração, o gestor público tem que passar essa confiança, de uma maneira macro. Tem que haver um serviço de saúde de qualidade se o cidadão precisar. Hoje, você não espera mais por vaga na creche. Se o município não tem vaga na creche do bairro onde o cidadão mora, a Prefeitura compra uma vaga na creche

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

particular mais próxima da casa dele. Então, fizemos esse investimento pensando no empresário também, pois muitas vezes ele não quer saber só do aluguel. O empreendedor deseja ter uma via asfaltada para a logística, fazendo com que a sua mercadoria seja transportada de forma segura. Ele quer escola para a família do colaborador. Por isso, existem vários pressupostos que nós procuramos cumprir, dando essa condição para o empresário. Sem contar também o Tarifa Zero que ajudou muito, porque as localidades que ficam mais na periferia, agora têm ônibus de graça, as pessoas podem ir uma, duas, três vezes no Centro, no comércio e fazer as suas compras. Mais de mil pessoas andam por dia no nosso transporte público gratuito. Então, isso acabou estimulando muito a questão do comércio em relação ao emprego. Nós somos líderes no Vale do Paranhana e um dos líderes no estado. Não é de hoje, vários meses e semestres, nós acumulamos isso. Outra ação muito legal que fizemos, que foi uma ideia do procurador Marcos Vinícius Carniel, é o "Comprar Aqui é Bom Demais", que consiste numa promoção da Prefeitura, sem vínculo com nenhum tipo de associação. O cidadão gasta 50 reais no comércio de Parobé ou num prestador de serviço, ele pega as notas fiscais, vai até os pontos de troca e recebe um cupom. Ano passado, nós sorteamos em torno de 107 prêmios, como geladeira, televisão, micro-ondas, churrasqueira, bicicleta, uma moto e um carro. Então, isso estimula o nosso comércio. As pessoas compram e pedem a nota, porque querem ganhar um prêmio. Ano passado foi muito legal, deu mais de duas mil pessoas no sorteio, que sou eu mesmo que faço. Foi muito emocionante, várias pessoas estavam lá, inclusive a ganhadora do carro, uma pessoa muito humilde, que se emocionou e nós também. Ela ganhou um Onix zero quilômetro. Nós também inauguramos na nossa gestão a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é a maior Secretaria em espaço físico. Eu coloquei tudo no mesmo espaço, como a Vigilância Sanitária, um posto de atendimento dos Bombeiros, da Polícia Federal, o Sine e tudo o que se refere a abertura de empresas. Chegando ali, o empresário resolve tudo. Com isso, nós desburocratizamos e ajudamos as pessoas a investirem na nossa cidade.

Que benefícios a implantação de uma Incubadora Tecnológica, em Parobé, pode trazer para a cidade?

Dentro dessa nossa macro Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que tem todos os serviços que eu citei, nós temos também um espaço coworking para as pessoas que estão começando a sua empresa e não têm muita condição de montar um escritório, mas precisam atender um fornecedor ou um cliente. Elas vão até a nossa Secretaria, que possui um espaço com internet, com estrutura e até cafezinho. A Incubadora também é neste espaço, nós fizemos uma parceria com a FACCAT, que vai fazer toda a parte de assessoramento técnico para essas empresas. Nós buscamos diversificar a nossa economia, não depender somente do calçado, mas temos a obrigação de fortalecer ele também, que é quem nos trouxe até aqui. Nós temos cursos profissionalizantes de costura neste mesmo espaço, em parceria com os Sindicatos Sapateiros de Parobé. Muitas vezes a nova tecnologia acaba resolvendo um problema ou dando algum benefício para as empresas de calçados também. Nós temos empresas muito grandes na nossa cidade, a Calçados Bibi e Botero são de Parobé, temos unidades da Usaflex e a Calçados Beira Rio, tem bastante terceirizados. Nós temos um polo industrial muito grande. A Azaleia tem cerca de mil colaboradores, pois a parte do desenvolvimento ficou no nosso município e a produção foi para outros estados, atrás de benefício fiscal. Nós temos também curso de padaria, moda pet, cozinha fast food, ar-condicionado split, enfim, buscamos diversificar para o pessoal que realmente quer se qualificar para o mercado de trabalho. Criando



a condição de naquele espaço fazer a devida qualificação. Essa Incubadora é uma novidade em parceria com a FACCAT e com certeza vai render muitos frutos para a nossa cidade.

Como foi possível zerar a fila de espera na realização de exames de ecografia?

Nós prezamos muito pelas coisas essenciais, como numa casa. Você tem que primeiro cuidar da saúde e da infraestrutura, para depois dar o lazer e a festa. Nós investimos mui-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



to em saúde. Claro que sempre deixando bem claro a competência do Município, do Estado e da União. A média e alta complexidade são obrigações do Estado e da União. Nós sofremos muito com isso, muitas vezes tem alguém da cidade que aguarda uma cirurgia, que a referência é em Porto Alegre ou um leito. Com isso, buscamos investir no que é a nossa competência, a baixa complexidade e a atenção básica, realizando de uma maneira bem feita. Como eu já me referi, fiz cinco novos Postos de Saúde, para dar qualidade de vida de fato para a nossa comunidade. Nós entregamos um novo Posto de Saúde no Bairro Alvorada, no Pinhal, na Vila Nova, no 3L e a UPA, do Bairro Integração. Então, de fato nos preocupamos com a vida das pessoas. O investimento anual da outra gestão era de quatro milhões de reais. Nós tivemos um salto de quatro para 18 milhões na minha gestão. Claro que tendo em vista a responsabilidade fiscal, a capacidade de investimento do nosso município, muitas vezes é obrigação do Estado, mas quando a fila está se espichando, eu pego um recurso e zero ela. Assim é com a ecografia. Não seria obrigação do município, mas pensando na comunidade, zeramos a fila de espera. É uma conquista muito grande, nós temos uma ótima secretária de Saúde, a Ana Lima, que faz um trabalho muito competente. Nós sempre buscamos ter esse olhar humano com as pessoas.

Como funciona o programa Ilumina Parobé? Que economia essa medida vai trazer para o município?

Nós fizemos uma captação por um

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital



fundo francês de meio ambiente. Então, dentro deste valor macro, nós podemos fazer toda a troca da iluminação de LED do município e, também, da rodovia, que estamos concluindo, ou seja, 97% da cidade já está com LED, inclusive o interior e a rodovia. Com este recurso, podemos também colocar 30 novas câmeras de monitoramento, portanto, todas as entradas e saídas da nossa cidade serão monitoradas. Se o carro for furtado, roubado ou tiver algum tipo de restrição, as nossas câmeras vão pegar, então teremos uma cidade muito mais segura. Eu pago a prestação deste empréstimo somente com a economia do LED. Não precisamos botar dinheiro, nem aumentar a contribuição do cidadão.

Quais são as suas considerações finais?

Na minha gestão resgatamos o orgulho da comunidade de ser de Parobé. Ela estava um tanto quanto desacreditada, mas agora Parobé é referência no estado de notícias boas. É a geração de empregos, a nossa extensão do Banco de Sangue do Estado e o transporte público gratuito. Eu recebi várias premiações da Famurs e do Conselho Federal de Administração, de melhor prefeito do Rio Grande do Sul na minha categoria, de cidades com 50 a 100 mil habitantes. A política só atinge o plano da eficácia quando de fato ela muda a vida das pessoas. A administração pública não pode ter o fim em si mesmo, é um sentimento que eu tinha como cidadão, que muitas vezes você paga o tributo e ele não volta em benefícios para a comunidade. Ele não pode servir só para pagar a máquina, a estrutura não pode ser pesada, tem que ser enxuta. O tributo do cidadão e do comércio deve ter um retorno. Tem que sobrar dinheiro para o investimento no município. Esse foi o motivo para eu sair da inércia e entrar na política, não sou um político tradicional, 90% das minhas características são de empresário e 10% de político, eu tenho muita sinceridade. Eu procuro colocar o coração e me botar no lugar do cidadão. Por isso, estamos resgatando o orgulho da nossa comunidade. Desde o cidadão mais comum, o pai e a mãe do bairro mais humilde, até o empresário de maior referência na cidade, hoje eles dizem que voltaram a ter orgulho de ser parobenses. É um prazer estar aqui levando mais uma vez o nome de Parobé, o meu objetivo principal não é levar o meu nome e sim o da minha cidade, são 60 mil pessoas que eu represento, estou lá como prefeito, sei que estou de passagem, aquela cadeira não é minha, mas a sociedade vê um cidadão que tem as dores e os sentimentos dele, vê o sofrimento dos outros e procura na prática, sem demagogia, melhorar a vida das pessoas no dia a dia. As pessoas de Parobé veem isso em mim. Eu tive uma reeleição muito boa, com quase 80% dos votos da cidade e nas pesquisas de aprovação, estamos muito bem. Então, vejo que estamos no caminho certo, devolvendo a dignidade para o nosso povo. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Do asfalto ao atendimento de saúde, são muitas as mudanças que estão revolucionando Santo Antônio da Patrulha

Jennifer Nunes

Nos últimos anos, Santo Antônio da Patrulha está passando por um processo de desenvolvimento como nunca antes havia experimentado. Com destaque às diversas melhorias realizadas na infraestrutura de todo o município, tanto na cidade quanto no interior, a gestão do atual prefeito, Rodrigo Massulo (Progressistas), além de implementar mudanças significativas, que estão transformando a cara da cidade, também está realizando antigos sonhos da população. Promessas e esperanças de décadas finalmente estão saindo do papel.

O governo está trazendo para Santo Antônio da Patrulha a realização de um grande anseio: a duplicação da ERS-030 no perímetro urbano. Um trecho de mais de 1,2km da rodovia, que corta o Centro da cidade, está sendo expandido para trazer mais desenvolvimento ao município, bem como uma incrível melhoria na qualidade do tráfego de veículos. Esse progresso não será experimentado apenas pelos moradores, mas, também, pelo grande número de motoristas que usam a via durante o verão para se deslocar ao Litoral Norte. O investimento ultrapassa R$ 15 milhões. O trabalho iniciou em abril de 2022 e, no momento, está na fase final.

De acordo com o prefeito, a conclusão da obra acontece ainda neste ano. "Costumo falar, sem medo de errar, que esta é a maior obra da história de Santo Antônio da Patrulha. Mas, para os patrulhenses, a representatividade desta duplicação é muito maior do que apenas uma grande melhoria de infraestrutura. Estamos tirando do papel um sonho de toda nossa população, perseguido há décadas por todos que administraram o Município. Essa é uma grande responsabilidade que foi depositada sobre os meus ombros, sem dúvidas. Mas também me sinto honrado de estar à frente deste processo fundamental para o futuro da nossa cidade", afirma.

Para ele, a concretização desta obra demonstra aos cidadãos que não podemos, jamais, desistir dos nossos sonhos. A duplicação da ERS-



SECOM PMSAP

PREFEITO RODRIGO MASSULO
Materializando sonhos e fortalecendo a infraestrutura de Santo Antônio da Patrulha

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

030 é um elemento importante de um grande plano de crescimento, aliando inovação, desenvolvimento econômico, qualificação das infraestruturas, fomento ao turismo e visão de futuro, mas não para por aí.

UM NOVO CAMINHO PARA O FUTURO

Para o prefeito, para alcançar o progresso e atingir suas metas, Santo Antônio da Patrulha teria que virar "um grande canteiro de obras", pois um dos focos da administração é a qualificação da infraestrutura do município como um todo. Nesse sentido, não apenas a ERS-030 está passando por intensas transformações. Apesar de toda a grandiosidade e significado dessa obra para o município, muito mais tem acontecido. Diversas ruas da cidade receberam asfalto ou foram melhor pavimentadas. Muitas dessas melhorias eram desejos dos patrulhenses de muito tempo, algumas delas sendo anseios tão antigos quanto o da duplicação da ERS-030, como é o caso das ruas Francisco Flores Alvarez e Mostardeiros, que totalizam cerca de 2km.

O interior do município também tem experimentado profundas modificações. O balneário da Lagoa dos Barros, local considerado de imenso potencial turístico e que não vinha recebendo a devida atenção nos últimos anos, está sendo completamente revitalizado. Visando atrair patrulhenses e visitantes, foram qualificadas as infraestruturas do camping, das quadras esportivas e das churrasqueiras. O local também recebe atividades culturais, esportivas e de conscientização com relação aos cuidados com o meio ambiente. Para melhor acesso à Lagoa, está sendo pavimentada a estrada Júlio Brunelli, que liga a ERS-030 ao balneário.

Também no interior foi asfaltada a Rota da Rapadura, nas localidades de Catanduvinha, Miraguaia e Costa da Miraguaia, onde estão situadas as empresas Da Colônia e Guimarães Alimentos, duas das maiores e mais importantes do município. De acordo com Massulo, a pavimentação busca aliar incentivo ao turismo, atraindo visitantes para as fábricas de rapaduras, com desenvolvimento econômico, pois a melhoria das estradas permitiu a melhoria do escoamento da produção, recebimento de insumos e deslocamento de trabalhadores.

Ainda no interior, na localidade de Monjolo, foi pavimentada a estrada Sérgio Luckmann, o que deve trazer mais desenvolvimento econômico para a região. "Diversas outras ruas e estradas estão recebendo melhorias semelhantes. O que há em comum, entre todas, é a solução de demandas antigas das mais diversas comunidades de nosso município, tanto na sede quanto no interior. Algumas dessas obras são desejos tão antigos e necessidades tão presentes na vida dessas comunidades, que muitas pessoas sequer acreditam que, no futuro, não mais precisarão pedir por soluções", celebra o prefeito.



PAVIMENTANDO UMA NOVA HISTÓRIA

Não apenas a ERS-030 está passando por intensas transformações. Apesar de toda a grandiosidade e significado dessa obra para o município, muito mais tem acontecido. Diversas ruas da cidade receberam asfalto ou foram melhor pavimentadas. Muitas dessas melhorias eram desejos dos patrulhenses de muito tempo, algumas delas sendo anseios tão antigos quanto o da duplicação da ERS-030, como é o caso das ruas Francisco Flores Alvarez e Mostardeiros, que totalizam cerca de 2 km



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SECOM PMSAP



No último ano, Santo Antônio da Patrulha também passou por uma verdadeira revolução na sua iluminação pública. Através de uma parceria com a CEEE Equatorial, foram realizadas as substituições de mais de 1.700 antigas lâmpadas de vapor de sódio por novas e modernas luminárias LED, em diferentes ruas espalhadas por vários bairros e localidades de todo o município. Essa medida, além de melhorar a qualidade da iluminação, ainda trouxe mais segurança para esses locais.

SAÚDE: ORDEM PRIMEIRA PARA CUIDAR

A saúde é outro foco prioritário da atual administração. Buscando qualificar o atendimento a toda a população, tanto da sede quanto do interior, diversas melhorias estão sendo implementadas em Unidades de Saúde espalhadas por todo o município, além do Posto de Saúde Central. Somando-se o que está pronto e o que está em progresso, o investimento total nestas unidades é de quase R$ 1 milhão.

Além disso, duas Unidades Móveis de Saúde, que estavam sucateadas no pátio da Prefeitura há muitos anos, foram reformadas e estão levando vacinas, consultas médicas e remédios para os moradores do imenso interior de Santo Antônio da Patrulha.

O Hospital Santo Antônio (HSAP) também tem passado por mudanças. Durante o atual governo, houve a troca da entidade gestora da instituição, com a saída da Santa Casa de Misericórdia e a chegada da Associação Hospitalar Vila Nova. “Fomos pegos de surpresa com a saída da Santa Casa, mas tenho muito orgulho de termos conseguido solucionar a situação sem solavancos ou transtornos para a população patrulhense. Foi uma transição tranquila e não houve a necessidade da Prefeitura ter que assumir a gestão por sequer um dia, o que consideramos uma vitória. Aproveito, inclusive, para deixar um agradecimento público à secretária estadual de Saúde, Arita Bergmann, cidadã emérita de Santo Antônio da Patrulha, que foi fundamental para que conseguíssemos este feito”, celebra o prefeito Massulo.

Além dessa transição bem sucedida, atualmente o HSAP passa por ampla reforma em sua emergência, com investimentos no valor de R$ 1 milhão. Também foram adquiridos diversos equipamentos de última geração e estão sendo reformados quartos da instituição.

EDUCAÇÃO, PRESENTE!

As profundas transformações acontecidas na área da educação em Santo Antônio da Patrulha demonstram que essa também é uma prioridade da atual gestão. Além da administração e inúmeros investimentos na Educação Infantil e Ensino Fundamental, o ensino superior está no radar da gestão municipal.

A administração está em avançado diálogo com o Ministério da Educação (MEC) para a implementação de novos cursos de Medicina e Enfermagem no campus da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) localizado no município. Se concretizada a chegada desses cursos, esse será um grande avanço para a educação e saúde não apenas de Santo Antônio, mas também do Litoral Norte e Vale do Paranhana.

Na educação municipal, o principal foco tem sido aumentar o acesso dos alunos à informação e conhecimento através da tecnologia. Atualmente, todas as escolas municipais possuem acesso à internet, fato de destaque devido à ampla e populosa zona rural do município.

Outra medida nesse sentido foi a aquisição de mais de 400 aparelhos Chromebooks, permitindo que cada sala de aula da rede municipal de ensino tenha um desses equipamentos à disposição. Também foram entregues equipamentos como notebooks, chromebooks e smartphones para as instituições de ensino da rede.

Práticas inovadoras em educação foram implementadas no município, visando preparar os futuros profissionais para o dinâmico mercado de trabalho do futuro. Duas escolas do município oferecem aulas do Projeto de Letramento em Programação (Let Prog), uma parceria da Prefeitura com a Fundação IMED, Instituto Ayrton Senna e Instituto JAMA, visando desenvolver as habilidades com-

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

putacionais dos estudantes.

A educação municipal também oferece formação em robótica para os alunos da escola Nossa Senhora de Fátima, uma das 250 escolas do país contempladas pelo Programa de Robótica Espacial, uma parceria entre Universidade Federal de Brasília (UNB), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Agência Espacial Brasileira, com foco em desenvolver os conhecimentos nessa área para que o país tenha profissionais de referência no futuro.

Santo Antônio da Patrulha também conta com uma Sala Maker, instalada na escola Santa Inês. O espaço proporciona a aquisição de conhecimentos práticos aos alunos, que têm acesso a equipamentos como impressora 3D, plotter de recorte e cortadora a laser, para que criem seus próprios projetos.

Além desse foco em um ensino diferente, voltado para o futuro, diversas escolas do município foram reformadas e estão passando por obras de reconstrução. No total, passam de R$ 5 milhões os investimentos nas instituições de ensino, com destaque para a construção da nova escola Nossa Senhora Medianeira, que foi severamente atingida por um vendaval em 19 de setembro de 2021. “Este é mais um sonho antigo da nossa população e uma jornada de muitos anos e muitas gestões, que está virando realidade. A nova escola Medianeira é a maior obra da história da educação patrulhense, com um investimento de R$ 3,8 milhões”, destaca Massulo.

SECOM PMSAP



EDUCAÇÃO PARA TODOS
Os avanços na educação patrulhense já são evidentes, com as escolas municipais obtendo o melhor resultado dentre todos os integrantes da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal) nas avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (SAERS). De acordo com o Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS), Santo Antônio da Patrulha ainda está entre os dez melhores colocados do Estado

Os avanços na educação patrulhense já são evidentes, com as escolas municipais obtendo o melhor resultado dentre todos os integrantes da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal) nas avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (SAERS). De acordo com o Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS), Santo Antônio da Patrulha ainda está entre os dez melhores colocados do Estado na faixa dos 151 municípios com população superior a 30 mil habitantes.

Além de todos os investimentos nessas importantes áreas, a atual administração de Santo Antônio da Patrulha tem atuado na implantação de práticas inovadoras, realizando, também, investimentos na área da agricultura e do turismo, em um trabalho integrado entre os setores das diferentes secretarias, sempre buscando a melhoria da qualidade de vida da população, tanto na zona urbana como no vasto meio rural.

SECOM PMSAP



RESPALDO E RECONHECIMENTO
Atual gestão do município tem sido amplamente reconhecida pelo governo Eduardo Leite, na foto com o prefeito Rodrigo Massulo

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

INSTITUTO MASPER
Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

ENCRUZILHADA DO SUL, A TOSCANA BRASILEIRA

Com quase 26 mil habitantes, o município de Encruzilhada do Sul vem ganhando renome como a terra das oliveiras e de belos parreirais, cuja adaptação ao clima temperado e subtropical típico do Pampa Gaúcho o coloca em destaque no cenário nacional

Jennifer Nunes

A economia da cidade está alicerçada na madeira com plantio, extração e beneficiamento, bem como na agropecuária e no constante fortalecimento da fruticultura, além de ser um solo fértil para a produção dos melhores azeites de oliva do país.

FLORESTAS DO FUTURO

Encruzilhada do Sul possui quase 76 mil hectares de área plantada de florestas, o que a eleva ao primeiro lugar no ranking estadual. O florestamento iniciou há 20 anos com plantações de pinus, e hoje conta, também, com eucalipto e acácia-negra. A madeira produzida nas florestas encruzilhadenses chegam não só à Grande Porto Alegre, mas também é exportada para o mundo todo pelo Porto de Rio Grande.

VINHAS & VINHOS

As vantagens climáticas para o cultivo da uva em Encruzilhada do Sul começaram a ser descobertas em 2002, e a cada dia, atraem novos investidores, com destaque para os vitivinicultores da Serra Gaúcha. Além disso, a formação do solo contribui ativamente para o desenvolvimento do plantio. Hoje, cerca de 30 propriedades trabalham com a produção de uvas, e destas, 50% são empresas do setor e agricultores empresariais, que somam aproximadamente 500 hectares, cuja produção está estimada em 3 mil toneladas.

O BERÇO DA NOZ-PECÃ

Além das frutas, o clima e o solo de Encruzilhada do Sul é bastante favorável para a produção de noz-pecã, que hoje conta com 13 produtores em aproximadamente 400 hectares plantados de nogueiras.

CAMPOS DE OLIVAS

O cultivo tem crescido muito na região, e de acordo com o Levantamento Frutícola, é de Encruzilhada

GILSON SOARES



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

a maior área plantada com oliveiras no estado, principalmente as empresariais, totalizando 27 propriedades com cerca de 720 hectares.

A FORÇA DA SOJA

Encruzilhada do Sul é considerada o novo eldorado dos plantadores de soja no Rio Grande do Sul. Em 2021, houve registros de cerca de 44 mil hectares de soja plantados, com a perspectiva de colheita em torno de 60 sacas por hectare. Além da soja, ainda há plantações de arroz, trigo e milho.

CORES E SABORES

Amora, mirtilo, maçã, romã, pitaya e melancia são algumas das frutas produzidas em Encruzilhada do Sul. Esses plantios têm levado renda às famílias produtoras e destacado o potencial do município para a atividade. A fruticultura é uma alternativa viável, em especial pelas condições climáticas e pelo solo adequado, que resultam na excelente qualidade das produções.

VERDES PASTOS

O município possui grandes extensões de terras destinadas à pecuária, principalmente bovinocultura de corte e ovinocultura. Nesta, o destaque vai para a qualidade da carne, uma vez que, há pouco tempo, Encruzilhada do Sul também era conhecida como "Terra da Ovelha". Onde estão os maiores rebanhos da região (bovino, ovino e equino): cerca de 120 mil, 90 mil e 8 mil, respectivamente. Além disso, Encruzilhada detém a maior produção de lã e de mel de abelhas da região.

CULTURA

O município é berço de grandes músicos, instrumentistas e compositores tradicionalistas gaúchos. Possui dois CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) que mantêm viva a cultura por meio da realização de grandes festejos durante o ano todo. O carnaval também merece destaque com o desfile de blocos e escolas de samba, que colorem a principal avenida da cidade no mês de fevereiro. Encruzilhada do Sul é a única cidade do Sul do Brasil que realiza a festa do Bum-

GILSON SOARES



ENCRUZILHADA EM MOVIMENTO
O município se destaca em algumas modalidades esportivas, como Judô, Muay Thai e Futebol em diferentes categorias. Além disso, também conta com a tradição do Jeep, que participa e organiza eventos de trilhas e Jeep Cross



INSCREVA-SE @revistaemevidencia



BELEZAS NATURAIS
Banhada pelo Rio Camaquã, aos pés do Cerro Partido, o município é dono de uma geografia de encher os olhos. Seu interior é repleto de cachoeiras, riachos e montanhas que propiciam a Encruzilhada do Sul a possibilidade de oferecer turismo de aventura, como trekking, canoismo e cicloturismo



GILSON SOARES

O BERÇO DA NOZ-PECÃ
Além das frutas, o clima e o solo de Encruzilhada do Sul é bastante favorável para a produção de noz-pecã, que hoje conta com 13 produtores em aproximadamente 400 hectares plantados de nogueiras

ba meu boi, comemorada sempre no primeiro sábado após o carnaval.

ENCRUZILHADA EM MOVIMENTO

O município se destaca em algumas modalidades esportivas, como Judô, Muay Thai e Futebol em diferentes categorias. Além disso, também conta com a tradição do Jeep, que participa e organiza eventos de trilhas e Jeep Cross. Outras modalidades, como Velocar, Veloterra, kart Cross e Arrancadão de Motos também são realizadas.

BELEZAS NATURAIS

Banhada pelo Rio Camaquã, aos pés do Cerro Partido, o município é dono de uma geografia de encher os olhos. Seu interior é repleto de cachoeiras, riachos e montanhas que propiciam a Encruzilhada do Sul a possibilidade de oferecer turismo de aventura, como trekking, canoismo e cicloturismo.

CEAMA (Centro de Apoio Municipal ao Autismo)

Este centro é dedicado ao apoio de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e oferece serviços de acolhimento para crianças com idades entre 2 e 12 anos, além de suporte para seus pais e familiares. O CEAMA funciona de segunda a sexta-feira, e foi estabelecido com financiamento próprio do município.

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Recentemente inaugurado, o CAPS possui uma infraestrutura moderna para atender às necessidades de saúde mental da comunidade, com um investimento de R$ 1,3 milhão. A equipe multidisciplinar é composta por quatro psicólogos, dois assistentes sociais, uma enfermeira, um psiquiatra, um técnico de enfermagem, um técnico administrativo e uma recepcionista, além de profissionais especializados em higienização e alimentação.

REURB (PROGRAMA "ESCRITURA NA MÃO")

Este programa se concentra na entrega de escrituras de propriedade a famílias, garantindo a posse de um imóvel e, assim, proporcionando um lar digno e seguro. Até o momento, mais de 200 famílias já receberam a regularização de suas propriedades, simbolizando o fim de um ciclo de incertezas e inseguranças para os moradores.

MAQUINÁRIO E NOVA FROTA

Nos últimos anos do mandato do prefeito Benito Paschoal, Encruzilhada do Sul testemunhou um notável avanço no projeto de revitalização da frota de veículos da cidade. Um dos destaques desse projeto foi a impressionante revitalização do Parque de Máquinas da Secretaria de Transportes e Obras. Um investimento substancial foi alocado para a aquisição de uma série de equipamentos e veículos essenciais para melhorar os serviços públicos e a infraestrutura da cidade. No setor de obras públicas, destaca-se a compra de motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, carregadeiras, caçambas, caminhões e camionetes. Na

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

GILSON SOARES



TERRA DA OVELHA
Encruzilhada do Sul também era conhecida como "Terra da Ovelha", pois detém a maior produção de lã da região



CAMPOS DE OLIVAS
O cultivo tem crescido muito na região, e de acordo com o Levantamento Frutícola, é de Encruzilhada a maior área plantada com oliveiras no estado, principalmente as empresariais, totalizando 27 propriedades com cerca de 720 hectares

área da Saúde e Educação, a administração fez a aquisição de ônibus, vans, camionetes e automóveis. Essa ação possibilitou o aprimoramento dos serviços de transporte de pacientes, estudantes e profissionais da saúde e educação, tornando o acesso a esses serviços mais eficiente e seguro.

VIAS DA CIDADE

A Prefeitura Municipal está investindo mais de R$ 7 milhões no programa "Realiza Pavimentação", que tem como objetivo pavimentar as ruas da cidade. As obras compreendem a implantação de novos sistemas de drenagem, incluindo a instalação de tubulações, caixas de inspeção e bocas de lobo. Além disso, serão realizados serviços de recapeamento asfáltico e pavimentação com blocos, visando aumentar a segurança. O programa foi desenvolvido para atender a uma demanda de 35 quilômetros de pavimentação urbana, considerada uma necessidade fundamental para a nossa cidade.

NOVO DISTRITO INDUSTRIAL

O Novo Distrito Industrial é uma iniciativa que está ganhando vida, trazendo uma série de oportunidades e um crescimento econômico para a região. Com a chegada de diversas empresas de grande porte, a criação de mais de 400 novos postos de trabalho é uma das principais notícias que está gerando entusiasmo na comunidade.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

RESORT
TERMAS ROMANAS

Vitalidade, Saúde e Bem-estar



Termas Romanas, ERS- 149,
Recanto Maestro, Restinga Sêca -RS

https://www.resorttermasromanas.com/

(55) 99732-1106

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

GUINADA PARTIDÁRIA À VISTA

Everton Braz lidera o Podemos mirando crescimento exponencial nas eleições municipais

Jennifer Nunes

Quem conhece Everton Braz, seja dos bastidores do poder de Brasília ou dos corredores palacianos do Rio Grande do Sul, costuma ter a mesma impressão: trata-se de uma figura talhada pela vida para o exercício político. Um diplomata das relações humanas, endereçador do futuro pelo diálogo e com respeito ao contrário. Há quem diga que a expressão – algodão entre os cristais – cabe bem ao dirigente partidário, cuja reputação de elo conciliador é sempre uma abertura diante de novas oportunidades no competitivo xadrez da democracia.

> “Acredito, sim, na política do debate, mas não na política da desconstrução. Respeitar o outro é a primeira premissa para edificar um futuro para todos, sem segregação”
>
> **Everton Braz**
> *Presidente do Podemos RS*

O atual presidente do Podemos do Rio Grande do Sul, uma das agremiações que mais cresce nos pampas de cá, demonstrou na juventude sua inclinação à liderança. Aos 13 anos, submergiu no movimento estudantil no Colégio Marista Champagnat, de Porto Alegre, para nunca mais abandonar a política – que mudaria a sua história, sendo também uma extensão das mudanças necessárias para sociedade. Presença ativa nas plenárias da Assembleia Legislativa gaúcha e do Senado Federal, teve como oráculo Sérgio Zambiasi, ex-deputado estadual e senador. “Aprendi sobre a sensibilidade social da função pública, olhando para o outro com solidariedade e comprensão”, afirma.

No início dos anos 2000, Everton se tornou amigo de Maurício Dziedricki, com quem construiu uma relação de confiança e lealdade que perdura até hoje. Uma sólida parceria também política. Unidos em propósito, alavancou seu protagonismo sendo secretário-adjunto estadual de Economia Soli-

PASSADO DE LEGADO, FUTURO AMBICIOSO

Todos os cargos e ofícios da vida desse cidadão tem algo em comum: gente. Everton é uma figura de sensibilidade aflorada e que tem o entendimento de que a política é passageira, mas a imagem é obra imaterial e perene. Conserva os amigos, honra a palavra, promete e cumpre. Entrega, de fato. Foi assim no passado e é com o mesmo DNA que fez o Podemos ter um salto eleitoral de quase 1000% em 2022. Mas a transformação, segundo prevê o planejamento estratégico da sigla, está no embalo para o que virá.

“Tenho muita gratidão a todos os líderes que me inspiram, me ensinaram a fazer política e, principalmente, a respeitar o diferente. Acredito, sim, na política do debate, mas não na política da desconstrução. Respeitar o outro é a primeira premissa para edificar um futuro para todos, sem segregação”, sintetiza Braz.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS: HORA DE CRESCER

Para o ano que vem, Everton Braz e o Podemos estipularam a meta de eleger 200 vereadores e 30 prefeitos no estado, se firmando como uma força consolidada no Rio Grande do Sul. Para honrar o planejamento estratégico, o partido tem semanalmente aberto novos diretórios na Região Metropolitana e no interior, filiado novos líderes com mandato e articulando no Legislativo apoios e multiplicadores de peso.

“Respeitamos todas as forças políticas existentes, mas percebemos que o Podemos é uma proposta diferente de todos os outros modelos. Consegue agregar grandes forças sem gerar ruídos ou estremecer a base. É um time que olha para o mesmo lado, que ora e outra pode até pensar diferente, mas mantém a unidade no propósito maior: que é fazer da política uma ferramenta de resultado prático, com menos discurso, e com mais trabalho”, completa.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



DIVULGAÇÃO PODEMOS RS

GRANDES EXPECTATIVAS
Para o ano que vem, Everton Braz e o Podemos estipularam a meta de eleger 200 vereadores e 30 prefeitos no estado, se firmando como uma força consolidada no Rio Grande do Sul

dária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, em 2010. Na missão, participou da implementação do Programa Gaúcho de Microcrédito, que concedeu mais de R$ 500 milhões em incentivos. Até hoje, o maior da história.

Com a chancela da competência, Everton assumiu em 2013 como secretário do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab). Com a responsabilidade de fazer a moradia ser a chave para dignidade, liderou a desburocratização do programa Minha Casa, Minha Vida, destravando obras importantes para famílias em vulnerabilidade e garantindo a milhares de porto-alegrenses a escritura do próprio lar. ■

CDP DIREITO PÚBLICO
SICOOB Credicapital

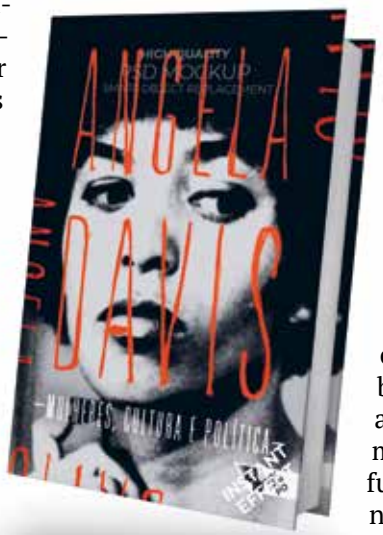
MULHERES, CULTURA E POLÍTICA DE ANGELA DAVIS



ALESSANDRA MACHADO
Graduanda do curso de Direito da UFRGS

"Mulheres, Cultura e Política" foi escrito por Angela Davis, renomada ativista e acadêmica, que explora profundamente as interseções do gênero, raça e classe na sociedade. Publicado originalmente em 1981, o livro continua sendo uma referência valiosa para o estudo do feminismo e da luta por justiça social.

Ao longo do livro, Davis destaca a necessidade de analisar as experiências das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional, levando em consideração não apenas o gênero, mas também a questão racial, classe social e orientação sexual. Ela desafia as concepções tradicionais de feminismo, argumentando que a opressão enfrentada pelas mulheres é complexa e multifacetada, e que todas as lutas por igualdade devem ter em conta a diversidade das experiências femininas.



Davis também explora a forma como a cultura e a política se cruzam na vida das mulheres. Ela analisa como as normas culturais e as representações midiáticas influenciam a forma como as mulheres são vistas e tratadas na sociedade. Além disso, Angela examina os movimentos feministas e as formas como o ativismo político feminino pode transformar a cultura e a política dominantes.

Através de uma cuidadosa análise histórica e teórica, Davis também examina estruturas sociais como o sistema prisional, a violência doméstica e a exploração econômica, buscando fornecer uma visão mais abrangente da opressão enfrentada pelas mulheres.

Uma das principais contribuições da autora em "Mulheres, Cultura e Política" é a forma como ela destaca a importância da solidariedade entre as mulheres, enfatizando a necessidade de unidade e trabalho coletivo na luta pela libertação feminina. Ela argumenta que o feminismo deve ser profundamente enraizado na luta por justiça para todos os grupos marginalizados e oprimidos.

> “Uma das principais contribuições da autora em "Mulheres, Cultura e Política" é a forma como ela destaca a importância da solidariedade entre as mulheres, enfatizando a necessidade de unidade e trabalho coletivo na luta pela libertação feminina”

Em síntese, podemos perceber que "Mulheres, Cultura e Política" é um livro provocativo e inspirador que desafia as visões convencionais sobre feminismo, gênero e política. A autora utiliza sua erudição e experiência pessoal para fornecer uma análise crítica e perspicaz da opressão enfrentada pelas mulheres e oferece estratégias para uma luta mais eficaz por igualdade de gênero. Esta obra continua sendo uma referência importante para qualquer pessoa interessada na luta por justiça social.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia





CALÇADOS BEIRA RIO® S.A.
Conquistando a perfeição.

UMA GRANDE EMPRESA. GRANDES MARCAS.













em evidência

CDP DIREITO PÚBLICO

KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA

SICOOB Credicapital

Apresentam:

EM EVIDÊNCIA NA TV

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.

Está interessado em análises e discussões aprofundadas sobre política, economia e negócios em nosso estado? Quer se manter atualizado sobre as decisões, movimentações e oportunidades que impactam o RS? Então, temos um convite especial para você!

Todos os sábados às 19:00h

rdc tv #ORioGrandeSeConectaAqui

Canais **24** e **524** da Claro Net

rdctvdigital

Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por @RevistaEmEvidência